

REVISTA DO ENSINO

DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
E SAÚDE PÚBLICA

SUMÁRIO

REDAÇÃO: Um programa em ação (discurso do *Dr. Olinto Orsini de Castro*) COLABORAÇÃO Fundamento, natureza e característica da autoridade, *Afonso dos Santos*.— Á procura de uma chave, *Aimoré Dutra*.— O ensino da Leitura nas classes iniciantes, *Anita Fonseca*.— A Mocidade e a Democracia, *Levindo Lambert*.— Instantâneos da Escola, *Manuel Casasanta*.— Biblioteca Infantil, alma da Escola Primária, *Nair Starling*.— NOTAS OFICIAIS: Designação no Departamento de Educação. — LEGISLAÇÃO FEDERAL: Unificação da Língua Portuguesa.

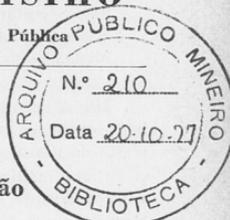
HOMENAGEM DE "REVISTA DO ENSINO"



Interventor Dr. João Tavares Corrêa Beraldo

Revista do Ensino

Da Secretaria da Educação e Saúde Pública



Um programa de ação

DISCURSO DE POSSE DO SR. DR. OLINTO ORSINI DE CASTRO NO CARGO DE SECRETARIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

A "REVISTA DO ENSINO" tem a satisfação de incluir na matéria do presente número o discurso de posse do Exmo Sr. Dr. Olinto Orsini de Castro no posto de Secretário da Educação e Saúde Pública do governo do eminente Interventor Dr. João Beraldo.

Nome de projeção nos quadros de elite da vida mineira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da U. M. G., líder de merecido prestígio na patriótica atividade que desenvolvem no país as correntes do pensamento católico, e espírito aberto à observação e análise dos problemas mineiros, entre os quais o setor pedagógico e sanitário assume relevo especial, o Sr. Dr. Olinto Orsini de Castro possui em grau acentuado as qualidades que o indicaram para o importante cargo. Sua oração de investidura nas funções que vem desempenhando com tanto brilho, entusiasmo e eficiência, fornece bem a medida exata, não apenas de seu conhecimento das questões afetas à pasta, como também de seu interesse em resolvê-las de acordo com os reclamos e as necessidades do nosso povo. Deve, pois, merecer atenção especial do professorado, que nela encontrará oportunos temas de meditação e palavras de estímulo para continuar devotando-se ao máximo, como é de feito no exercício do magistério e elevando-se ainda mais no conceito de todos.

Foi o seguinte o discurso de S. Excia. :

Sr. Representante do Sr. Interventor do Estado.
 Sr. Representante do Sr. Arcebispo D. Cabral.
 Srs. Secretários de Estado e autoridades civis e militares.
 Exmas. Senhoras.
 Meus Senhores.

Minha grande preocupação tem sido, continuamente, a de bem servir aos interesses do Brasil e, assim, servir aos interesses do nosso povo.

Como médico, ou professor, ou ainda como político, moveu-me sempre, antes de tudo, a preocupação de prestar o meu concurso, se bem que modesto, à obra de engrandecimento de nossa Pátria, para felicidade da nossa gente.

Neste pósto onde me vem colocar a amizade e a confiança do Sr. Interventor João Beraldo, procurarei ser, sem alteração da minha conduta, o mesmo lutador do bom combate.

Quando da minha posse, há pouco tempo, como professor da nossa Faculdade de Medicina, eu dizia que o meu programa naquela casa de instrução superior era o mesmo de todos os que compunham sua douta congregação, isto é, estudar e ensinar. Neste momento posso renovar aquelas palavras, dizendo que o meu programa nesta casa é o de todos os que já exerceram o cargo em que acabo de investir-me, e que aqui realizaram obras de grande vulto, no sentido da educação e no sentido da saúde pública. Imita-los-ei na atitude cívica da dedicação ao trabalho, muitas vezes levada ao sacrifício; compenetrar-me-ei da magnitude dos problemas educacionais e sanitários, que se apresentam, cada dia, tão múltiplos e complexos, alguns em estudo ou em via de solução, outros suscitando ainda a nossa melhor atenção, de acôrdo com as exigências do momento e em previsão ao evoluir dos tempos.

Na parte referente à educação, o Estado de Minas é um dos que mais avançaram em organização e realizações que atingiram largo desenvolvimento, principalmente após a re-

forma Francisco Campos, base de todo o nosso organismo pedagógico atual.

Contamos hoje com grandes institutos de educação, tais como a Universidade de Minas Gerais, ideada por Melo Viana e realizada por Antônio Carlos, a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto da Universidade do Brasil; outras escolas de ensino superior entre as quais duas faculdades de filosofia nesta Capital e o Instituto de Educação recentemente criado. Há ainda institutos de reeducação e outros especializados para a educação dos subnormais da inteligência, de que é magnífico padrão o Instituto Pestalozzi, desta Capital. A essas instituições, umas de iniciativa privada, outras fundadas pelo Estado, juntemos as do ensino normal e secundário, grandemente difundidas em Minas Gerais e as do ensino primário, às quais se somam os estabelecimentos de ensino técnico-profissional, se bem que muito deficiente entre nós. Tudo isso mostra-nos o grau já bem elevado da cultura mineira e o muito que já se fez pela instrução. De fato, em todos os governos que tem tido Minas Gerais, encontramos sempre uma pronunciada preocupação pelos assuntos ligados ao ensino. Não me vou deter em mencionar o muito que se fez no setor da educação nos governos passados, omissão que, no momento, a angústia do tempo justifica. Desejo referir-me, no entanto, rapidamente embora, a algumas das realizações do Governo Benedito Valadares, no período em que esta Secretaria esteve entregue à patriótica administração de Cristiano Machado. Assim é que, de 1933 a 1943 (faltando, portanto, dados de 1944 e 1945), o número de unidades escolares do ensino primário passou de 3.629 para 5.934, registrando-se pois um aumento de 2.305. O corpo docente, antes constituído de 9.888 professores, subiu a 13.750. A matrícula geral, de 396.769, passou a 533.538 alunos.

A questão dos repetentes, hoje posta em destacada evidência, por diversos motivos facilmente compreensíveis, foi cuidada com acentuado interesse, passando a percentagem

dêsses alunos de 56,7% para 43%, enquanto que os novatos tinham a sua relação aumentada de 43,3% para 57%.

As cantinas escolares, que tiveram intenso desenvolvimento, em 1933 distribuíram 31.028 merendas e em 1944 1.513.619.

O número de caixas escolares passou de 248 em 1937 a 490 em 1944; em 1937 distribuíram-se 422.320 cruzeiros de benefícios enquanto que em 1944 essa cifra se elevou a ... 1.720.600 de cruzeiros; os alunos socorridos pelas Caixas passaram de 23.462 a 79.916. Esse grande movimento, operado nas caixas escolares, principalmente de 1940 a esta parte, foi especialmente devido à reforma estabelecida em setembro daquele ano e a perfeita compreensão do grande alcance dessa obra de colaboração do professorado mineiro.

De 1937 a 1944 equipararam-se 23 escolas normais, e ao terminar o Governo do Sr. Benedito Valadares estavam concluídas as obras de mais 15 grupos escolares.

Esses poucos dados colhidos de momento, nesta Secretaria, estão a revelar que as realizações dos governos passados, no setor da Educação, foram as mais férteis para o ensino, — e mais do que nossa opinião vale a de ilustre professor norte-americano, superintendente de Escolas dos Estados Unidos, autor de várias obras de pedagogia e autoridade mundial nesse assunto, o qual, achando-se em visita ao nosso Estado em setembro de 1942, teve ensejo de percorrer muitos dos nossos institutos de educação. Esse ilustre visitante, de retorno ao seu país, em carta dirigida ao então Secretário da Educação, Dr. Cristiano Machado, expressou sua admiração pelo programa do curso primário pôsto em prática em Minas Gerais, reputando-o o melhor que encontrara na América do Sul, igual aos melhores dos Estados Unidos, e superior, sob vários aspectos, a muitos dos que se encontram naquele país.

Nossa conclusão é que o Estado de Minas muito tem avançado no campo da educação.

Sabemos todos que tudo que aí está representa um grande esforço e mesmo uma legítima vitória dos governos pas-

sados. E', porém, ainda pouco em relação ao que está por fazer, assertiva que é corroborada, infelizmente, pelo avultado número de analfabetos, índice dêsse terrível mal que não é apenas mineiro, mas, sim, de todo o Brasil. E, maior do que o analfabetismo, de conseqüências mais funestas e deploráveis é próprio a cegueira da ignorância que infelicita muitos de nossos patricios, permitindo seja o homem presa inerte das forças do mal, as quais mais facilmente o atraem, acenando-lhe com a miragem de situações mais cômodas, através de palavras fluentes, sedutoras, — mas mentirosas.

E' o que estamos vendo tão meridionalmente na pregação comunista, que vai, pouco a pouco, engolfando, em rápida voragem, as classes obeiras do País, que, sem um exame devido — à luz do bom senso e da razão, — no indiferentismo da ignorância, sem ação nem reação, se vão deixando envolver pela onda crescente de adeptos dêsse credo, que é tudo o que se possa imaginar de mais indesejável, orientado que é no sentido criminoso da destruição do nosso patrimônio de sã moral, que tem suas bases na tradicional pureza de nossos costumes e na ideologia serena do Brasil cristão. Tudo por falta de compreensão exata do conceito em que se deve ter o homem, que não é animal inferior, nem máquina, nem pode tornar-se propriedade de um Estado, mas deve ser considerado como pessoa humana — digna, livre, respeitada em sua predestinação a um fim muito alto, cada vez mais próximo de Deus, que o criou à sua imagem e semelhança.

E nem venham dizer que comunismo é democracia! Democracia é a que se enquadra na verdade dos princípios evangélicos, que mandam amar o próximo como a si mesmo, e que, antes dos sonhos marxistas, já se praticava quando o cristianismo residia nas castacumbas: democracia profundamente estudada, claramente definida e sãbiamente aconselhada nas encíclicas.

Nesse combate contra tão insidioso inimigo, devem estar unidas tôdas as forças vivas do País, sem quaisquer preocupações de ordem subalterna.

Precisamos reduzir — quando não eliminar — o analfabetismo em nossa Pátria; mas alfabetizar educando, porque não basta somente alfabetizar, como propõem alguns, nem mesmo basta instruir. Educação é muito mais do que tudo isto, se a encaramos, de um ângulo científico, como sendo um processo de desenvolvimento integral e harmônico: físico, intelectual, moral, social e espiritual.

Há no Brasil, conforme o depoimento do atual Ministro da Educação e Saúde, municípios com menos de 10% de alfabetizados. Minas Gerais pode considerar-se como um dos Estados da União em que o Ensino Primário está mais bem organizado e mais difundido. Estamos, porém, longe ainda de atingir o limite do mínimo necessário. Tomada por base a população mineira em idade escolar (7 a 14 anos), que alcançava o total de 1.309.584 em 1945, a relação de escolares e de alfabetizados era, no ano passado, de 53,2%. E' ainda bem pouco, — mas significa uma parcela apreciável, se levamos em conta os múltiplos fatores negativos que interferem no caso. Seja como fôr, porém, necessário se torna que continuemos o trabalho encetado pelos nossos antecessores, cada um dos quais mais se esforçou em elevar o nível cultural da nossa gente. Para isso o precípua é que se dê formação cada vez mais aprimorada ao nosso professorado, desde o superior até o primário. Nesse sentido é dever governamental prestigiar e auxiliar do melhor modo as nossas Universidades e as Escolas de ensino superior, facilitando-lhes a formação de corpos docentes selecionados, dotando tais estabelecimentos de meios suficientes à sua plena atividade.

O ensino secundário, que cresceu intensamente nos últimos anos, sobretudo no sentido da quantidade, precisa de também crescer no sentido da qualidade, o que, aliás, é assunto mais de alçada federal. No entanto, é dever dos governos estaduais, nos ginásios oficiais e mesmo nos de iniciativa particular, verificar, em colaboração com a administração federal, as faltas e mesmo os abusos que desviam êsses estabelecimentos de sua verdadeira finalidade.



Clube Agrícola "São Manuel" do Grupo Escolar "São José", da cidade de Pomba

No ensino normal, no preparo das mestras dos pequeninos, dos que vão chegando para a realidade renovadora da vida, — todo cuidado, todo esmero é pouco. Deve haver uma vigilância permanente do pensamento orientado rumo à verdade, — no propósito da formação de verdadeiras educadoras, às quais compete moldar o cérebro e, mais ainda, iluminar a alma da criança, que é a própria alma da nacionalidade.

Lembrei, de passagem, as palavras do Ministro da Educação: "Nas qualidades do professor é que repousam as características do valor e da eficiência das escolas".

O ensino técnico-profissional, eu o vi no Estado de S. Paulo, onde centenas de escolas desse gênero funcionam, abrangendo vários setores da atividade social: agrícolas, industriais; no preparo para a profissão ferroviária, como para o comércio, para a vida doméstica, etc.

Nós o temos em pequena escala. Urge intensificá-lo de modo a criar técnicos profissionais competentes.

A educação do povo faz-se também pelo aperfeiçoamento físico, pela organização dos desportos dentro de normas salutaras; pela fiscalização do livro, do jornal, do cinema, do rádio, do teatro; pela moralização dos costumes, na defesa dos seus princípios que herdamos dos nossos antepassados e que sadiamente estruturam a nacionalidade brasileira.

Esta, senhores, a conduta que hei de adotar e que será sempre menos do que deseja o meu patriotismo, embora sendo tudo o que permitirem as minhas forças.

Na parte referente à saúde pública, muita cousa já temos feito, mas muito mais temos a fazer.

Entre outros serviços, o do tratamento e da profilaxia da lepra merece ser focalizado, dotado como está de uma perfeita organização, dentro de normas as mais modernas, e que devemos sobretudo à competência dos Drs. J. Castilho Júnior e Oto Cirne, bem como à chefia desse Serviço na União e no Estado. Desde sua inauguração, o Serviço de Lepra vem

recebendo reformas e sucessivas ampliações, que o colocaram em posição modelar no julgamento insuspeito de numerosos leprologos nacionais e estrangeiros que aqui vieram, em viagem de estudos.

Devido à plena cooperação das autoridades federais e estaduais, o velho Hospital de Lázaros e a Colônia Santa Isabel foram aumentados em sua lotação e instalados convenientemente. Três novas colônias e o modelar Sanatório de Roça Grande foram construídos, com apuro técnico e científico, proporcionando aos nossos doentes cêrca de 7.000 leitos que, segundo informes colhidos, em minucioso inquérito censitário, vão bastar para receber a totalidade dos portadores de formas clínicas contagiantes.

Uma rede de Dispensários foi projetada e vai sendo posta a funcionar, intensificando-se a edificação de Preventórios para filhos sadios de hansenianos, dos quais já existem quatro em funcionamento e um em construção, sendo nesse sentido a maior organização do País. Este último Serviço está a cargo da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

Não foi descuidada, desde começo, a seleção do pessoal técnico, do Serviço de Lepra que só é admitido mediante aprovação em Curso de Leprologia, feito em colaboração da Faculdade de Medicina com a Saúde Pública. Essa notável obra de caráter sanitário e do mais relevante caráter social honra o governo que a colocou nessa altura.

A campanha contra a lepra, no entanto, está exigindo ainda grande esforço dos governos da República e do Estado para ser vitoriosa. Ao lado deste problema, devemos colocar outros muitos: o da tuberculose, do paludismo, da sífilis e moléstias venéreas, da esquistossomose, da bouba, da leishmaniose, do pêngifo foliáceo, da verminose, do câncer, das doenças carenciais, etc., que, é certo, já têm sido cuidados com grande interesse nas passadas administrações. Para sua solução contamos com a competência e o zelo, já demonstrados, do novo Diretor da Saúde Pública, que será, estamos

certos, um continuador da obra dos que o precederam nesse cargo, cada qual mais esforçado nesse mister, contando cada um deles com um grande acervo de férteis realizações no campo da saúde pública.

No estudo e na solução prática de tão difíceis problemas relacionados com a Educação e com a Saúde, depositando minha confiança em Deus, conto com a colaboração de todos os meus coestaduanos, principalmente daqueles que, como técnicos, quiserem honrar-me com a assistência de seus conhecimentos especializados e com as conquistas de sua experiência. Servir-me-á de guia, continuamente, a personalidade do nosso Interventor Dr. João Beraldo, cujas palavras, em breves discursos, — e, mais do que elas, o seu passado — já nos indicaram a rota a seguir.

Sua Excia., ao empossar-se, revelou suas preferências pela Educação e pela Saúde do nosso povo, afirmando que terão sempre a primazia de seus esforços, tão certo está de que em primeiro lugar deve vir o homem, o seu bem estar, a sua instrução, a elevação de seu espírito, porque tudo mais virá daí, por acréscimo.

Muito de perto quero contar com o esforço, com a dedicação e mesmo com o entusiasmo do corpo de funcionários desta casa, tantos deles — grandes nomes conhecidos e experimentados na técnica e na administração do ensino. Este mesmo apêlo eu o faço extensivo ao professorado mineiro, jamais superado, em nosso País, no seu acurado amor à causa da educação. Por outra parte, devo dirigi-lo também aos funcionários da Saúde Pública, entre os quais é justo apontar distintos colegas de medicina, alguns deles, ilustres cate-dráticos de nossa Universidade, com destacada projeção no cenário científico do País.

De todos quero receber a cooperação, de todos — um auxílio de bom senso e um esclarecimento de boas luzes. Mas conto, acima de tudo, com o povo de Minas Gerais que, estou certo, não deixará de trazer-me o incentivo do seu apôio e o estímulo de sua confiança, fatores bastantes e indeclináveis

para que eu bem me desobrigue da tarefa com que me honra o Sr. Interventor Federal.

Que Deus nos ajude e abençoe os nossos trabalhos.

Dr. Iago Pimentel: neste curto prazo de vossa administração à frente desta Secretaria, mostrastes o que fostes sempre: um amigo dedicado da educação e da saúde do nosso povo, o que já havieis revelado desde a cátedra em que verastestes com erudição inúmeros temas, sobretudo no domínio da psicologia; e talvez mais no campo da medicina, onde sempre vos preocupastes com os assuntos da saúde pública. Eu quero deixar-vos aqui o abraço que traduz a minha admiração pelo que, em tão curto prazo, aqui fizestes em benefício do povo de Minas Gerais e pelo engrandecimento do Brasil.

PALAVRAS DE MESTRES

Tem o instinto da propriedade importância capital na educação. De diversos modos podemos fazer-lhe apêlo. Em casa, é preciso ensinar desde logo às crianças a ter com ordem e asseio os objetos que possuam. Na escola assume este instinto grande valor pelas relações que o prendem a uma forma especial da atividade — a necessidade de colecionar. Bugigangas, uma concha, um sêlo, um cartão, um desenho, tornam-se interessantes logo que preenchem lacunas numa coleção ou completem uma série. A maior parte do trabalho clássico feito neste mundo, no domínio da bibliografia, da memória pura, da erudição — o que é a própria base dos nossos acontecimentos — encontra o seu interesse antes no prazer que ocasionam certas pesquisas aos instintos do colecionar do que na satisfação que êles causem do nosso sentimento de racionalidade.

WILLIAM JAMES

Fundamento, natureza e características da autoridade

AFONSO DOS SANTOS

I

O exercício da autoridade, no lar, na escola, seja onde for, relaciona-se intimamente ao conceito que se tenha de sua natureza. Para o déspota, que se compraz em dominar as inteligências e subjugar as vontades, para êsses a autoridade não passará de um fim mais ou menos brutal, ou um meio selvagem de praticar a tirania.

Tempo virá, exclama Tolstoi, em que o mundo compreenderá finalmente a inutilidade da autoridade. Então autoridade será o mesmo que servidão, que exercê-la é comprometer um interesse superior, é coartar a natureza humana, patenteando-se ignorância da variedade infinita de temperamentos e caracteres.

São dois extremismos, que devemos igualmente evitar. Antes de mais nada, convem distinguir entre ter autoridade e ser autoridade. Muito possível, assevera Kieffer, que esteja alguém investido de autoridade autêntica e nenhum gráu de autoridade possua. E poderíamos afirmar: Fulano exerce a autoridade de tal cargo, assim como: Fulano é uma autoridade.

Do Cardeal Richilieu se conta que era dotado de uma figura tão imponente, que inspirava logo um respeito incondicionado. Tomé de Sousa e Duarte da Costa, eram ambos investidos de idêntica autoridade de chefe supremo da colônia. Tomé de Sousa foi, entretanto, respeitadíssimo, o que não aconteceu ao seu malgrado sucessor. São os dois aspectos — objetivo e subjetivo — do problema.

Verstando assunto de tamanho interesse, a primeira incôgnita, que se nos defronta é a concernente ao fundamento

da autoridade. "Que todos os homens se submetam ás autoridades superiores, escrevia São Paulo, pois todo poder vem de Deus". E' a explicação teológica, aceita pelas escolas cristãs.

A vida em sociedade implica relações, que devem ser controladas por um poder eficiente, uma autoridade orientadora. Mesmo para aqueles que não reconhecem a Divindade, a autoridade fundamenta-se nessa necessidade de coexistência social, que exige ordenação jurídica e organização política. Em um como em outro caso, relacionando-se com Deus, ou fundamentando-se apenas no instinto social do homem, é impessoal e absoluto tecnicamente, convertendo-se em pessoal e relativo quando se encarna em um representante legítimo. Este representante da autoridade legítima pode, realmente, encarná-la em todo o esplendor de seu prestígio, assim como também poderá comprometé-la lamentavelmente pelo abuso ou pela inépcia. Abstratamente, a autoridade impõe-se com o mesmo vigor e claresa com que as leis físicas e morais se afirmam e esplendem na ordem que preside ao mundo físico e moral. Exteriorizando-se praticamente, no seio da sociedade, por intermédio de seus autênticos representantes, esse exercício da autoridade condiciona-se ás qualidades boas ou más desses representantes. Realmente, para não atraiçoar a verdadeira autoridade, para afirmá-la em toda a sua plenitude e lograr sua aceitação suave e tranquila, sem rebeldias ou resistências, os seus representantes devem possuir certas qualidades, preencher determinados requisitos, que vamos examinar sumariamente. O problema da autoridade, na família, ou na escola, é dos mais interessantes. A êle relacionam-se questões da máxima importância, como a liberdade individual dos alunos, as prerrogativas da classe, as disciplinas, os castigos, os estímulos, prêmios, etc.

Estudaremos tão agradáveis assuntos em palestras subsequentes, leves e despretenciosas.

(Continúa)

AFONSO DOS SANTOS

A' procura de uma chave

AIMORÉ DUTRA

Existe, em nós mesmos, uma fonte prodigiosa de milágres cuja exploração é quase sempre descurada.

Esse portentoso manancial de surpresas tem sido o segredo das grandes invenções e do aperfeiçoamento de tôdas as emprêsas humanas. Em regra geral, os gênios nada mais são que temperamentos especializados no aproveitamento desse recurso tão rico, tão maravilhoso e tão desprezado pela maioria das grandes inteligências dispersivas e, por isso mesmo, inutilizadas e improdutivas.

Qualquer individuo, — mesmo os de mentalidade modesta, — pode, de uma hora para outra, revelar-se como elemento inestimável de riqueza artística ou de predestinação científica, dessa que opulenta os patrimônios culturais da humanidade.

E' bastante que se disponha a explorar a fôrça latente a que nos referimos e que não é privilégio exclusivo de nenhum cérebro escolhido, mas legado equitativo da Providência a todos os homens normais. Referimo-nos poder assombroso da atenção voluntária.

Sem ela, nenhum outro poder interior se exercerá com eficiência e segurança.

A própria fé, tão exaltada nos livros sagrados e profanos, nada mais representa que simples modalidade da atenção voluntária exercitada com a intensidade mística das obsessões.

E a intelligência, por mais viva e abrangente que seja, bem pouco conseguirá de positivo sem os alicêrces da aten-

ção voluntária. Porque sem a atenção voluntária a observação é imperfeita ou mesmo inexistente. Ora, não existindo observação, ou existindo imperfeita e vaga, como poderá haver balanço de idéias do qual surjam os juízos e os conceitos — o conhecimento, em fim.

O educador precisa atêr-se a essa verdade primordial quando tiver que balisar os rumos da sua didática e da sua metodologia.

Como despertar, nos educandos, a atenção voluntária?

Os compêndios andam cheios de métodos e processos variadosíssimos.

Mas existem nêles, também, orientações perigosas, charlatanescas, contraproducentes. Um velho mestre do nosso conhecimento e da nossa estima exigia dos alunos, com o objetivo louvável de cultivar-lhes essa faculdade, relatos minuciosos do que vissem e ouvissem pelo caminho da escola.

Os alunos adquiriram hábitos justamente contrários: aprenderam a dispersar a atenção, subdividindo-a entre tamanha cópia de motivos que não fixavam nenhum objeto ou assunto individual. O exagero da análise destruiu as probabilidades da síntese!

Outra professora, torturada pela mesma idéia que lhe adviera de uma intoxicação livresca, levou os alunos a disparates tais que algumas crianças chegaram ao requinte de perderem noites de sono para enumerarem as vêzes que o cão do vizinho latia!

Tal luxo de atenção voluntária deixa de ser racional e útil, — perde o cunho educativo para ser um exercício fútil de fragmentação da força de fixação das impressões e das idéias.

Não pode ter nenhum valor pedagógico. É uma porta franqueada às manias.

* * *

Não é fácil manobrar-se proveitosamente com a atenção voluntária das crianças.



A hora da sôpa no Refetório do Grupo Escolar "São José", da cidade do Pomba

Entretanto, todo educador deve aprender a sua técnica. Ela é a única aconselhável por ser a que realmente convém.

A atenção espontânea raríssimas vezes pode ter aplicação pedagógica apreciável.

Filha das solicitações súbitas, originária das emoções passageiras, passa com elas, — por mais intensa que seja, — sem que se lhe possam aproveitar, com finalidades educativas certas, os vestígios que deixa.

A atenção voluntária, ao contrário, tem incontestável força educativa.

Pode ser difícil entretê-la longamente. Mas não é difícil provocá-la e dar-lhe intensidade.

A natureza da criança, — volúvel, instável, vagabunda, — só se prende mais ou menos demoradamente naquilo que lhe desperta interesse imediato — no que lhe satisfaça, antes de tudo, ao egoísmo.

Não discutamos a cruesa do vocabulo. Tomemos como realidade o que ãle de fato expressa no sentido de perder ou ganhar — isto é, como emulação, vaidade, amor próprio, enfim, com resultante dolorosa de tôdas as atividades infantis... e adultas.

O jogo é tudo na escola nova.

Só ãle pode despertar um interesse mais ou menos intenso e, portanto, aproveitável — porque mais forte e objetivo.

A escola antiga — que, apesar da sua sabedoria obtusa e da sua austeridade aterradora gerou muitos valores no nosso patrimônio humano, — tinha jogos condenáveis e brutos para provocar a atenção voluntária.

Mas os seus processos violentos e drásticos eram a manifestação dramática do instinto pedagógico dos mestres dan-tanho. A *argumentação* ou *porfia* no jogo duro das conjun-gações dos verbos, das taboadas e do catecismo, eram serões de pavorosa metodologia.

Aprendia-se a matéria pelo prazer de dar holos ou pelo terror de apanhá-los. Mas aprendia-se e não se esquecia. Perduravam no espírito as associações trágicas ou cômicas

da pancadaria como uma fase viva da infância e da adolescência.

Até hoje ainda há pessoas que recordam, com delícia sádica, as desforras que tiravam de colegas culpados de faltas avulsas, em lhes aplicando palmatoadas de carrasco nas competições da taboada ou da doutrina cristã...

Lembramos esses fatos da velha escola dos nossos pais e dos nossos avós, — bruta nos seus meios, mas patriótica e providencial nos seus fins, — não para aconselhar os processos rudes a que ela se recorriam; mas para evidenciar que, mesmo nos tempos crepusculares em que ela dominava, já o instinto didático dos mestres guiava-os para os recursos inalienáveis da atenção voluntária.

Eles impunham-na pelo medo e pela crueldade — pelo orgulho de ser algoz ou pelo pavor de ser vítima.

Ela é, pois, a chave com que se abre o templo das maravilhas: — procuremo-la!

AIMORÉ DUTRA

TABELA DE ANÚNCIOS

		Cr \$
Na capa (lado externo),	1 página	200,00
" " "	1/2 "	120,00
" " (lado interno),	1 "	160,00
" " "	1/2 "	100,00
Em páginas suplemento,	1 "	120,00
" " "	1/2 "	80,00
" " "	1/4 "	50,00

Os anúncios no corpo da Revista, em forma de artigos, bem como os anúncios em cores, pagarão preços especiais previamente combinados

Só se aceitam anúncios que tenham interesse para o ensino ou para os professores

O ensino da leitura nas classes iniciantes

ANITA FONSECA

(Técnica do Departamento de Educação)

As professoras que procuram adotar no ensino da leitura métodos mais racionais e interessantes, encontram, por vezes, uma dificuldade: a escassez de manuais e de material que lhes facilitem a tarefa.

A maioria das cartilhas, além de pouco interessantes, pecam por excesso de vocabulário, onde abundam palavras estranhas à linguagem corrente das crianças, as quais são ali introduzidas visando apenas à aprendizagem dos sons.

Por outro lado, os pré-livros, que vieram preencher uma lacuna em nosso material didático, não contêm, em geral, todo o necessário à aprendizagem completa da leitura.

Faz-se, então, mistér organizarem as professoras um material suplementar, rico e abundante, de modo a suprir as deficiências apontadas.

Ao dizermos "rico" não nos referimos ao preço ou ao luxo e sim ao que recomenda o Programa de Experiência: "ser interessante e fundamentalmente artístico; estar rigorosamente dentro das formas da linguagem das crianças; ser o vocabulário familiar, o quotidiano; a estrutura das sentenças, simples, e as partes do discurso, sempre claras".

Com parte desse material, mencionaremos as lições suplementares, sobre as quais faremos algumas considerações. Trata-se de lições escritas em cartazes e ilustradas com gravuras ou desenhos, se a escola puder fazê-los, senão fundamentalmente artísticos, como pede o Programa, pelo menos bem cuidados e de bom gosto. Estas lições são dadas com du-

plô objetivo: aumentar gradativamente o vocabulário da leitura e ajudar a fixação das sentenças e palavras de maneira suave e interessante, observando-se a importante condição de fazer a criança ler por unidades de pensamento e evitando-se fastidiosos exercícios de repetição do mesmo texto. Suponhamos por exemplo, que as crianças tenham iniciado a aprendizagem da leitura pelo pré-livro de Lili: A primeira lição é a seguinte:

“Olhem para mim.
Eu me chamo Lili.
Eu comi muito doce.
Vocês gostam de doce?
Eu gosto tanto de doce!”

Aprendida a lição pela maioria dos alunos, antes de apresentar o segundo cartaz, a professora organiza uma lição suplementar, repetindo o mais possível as palavras da primeira e introduzindo de uma até três palavras novas, no máximo.

A título de sugestão e para esclarecer melhor o nosso pensamento, lembramos as seguintes:

a) um cartaz com a gravura ou desenho de uma cachorrinha. O título da lição seria “A cachorrinha de Lili” ou, então, simplesmente “Suzete”, trazendo as seguintes sentenças.

Olhem para mim.
Eu me chamo Suzete.
Eu sou a cachorrinha de Lili.
Vocês gostam de Lili?
Eu gosto tanto de Lili!

Esta lição intermédia entre a primeira e a segunda do material básico facilita sobremaneira a fixação das sentenças já estudadas naquela, sem ser necessário à professora demorar-se demasiado no 1.º cartaz, o que poderia provocar o desinteresse da classe.

Sugerimos ainda outra lição com a gravura de um gatinho e ligeira modificação na apresentação das sentenças:

— *O gatinho de Lili*

Olhem para mim!
Eu me chamo Mimi.
Eu sou o gatinho de Lili.
Vocês gostam de mim?
Lili gosta tanto de mim!

Se a classe sentir alguma dificuldade, em virtude da modificação da 4.ª e 5.ª sentenças, poderá a lição ser apresentada da mesma forma que a anterior. Todavia, antes da leitura, é conveniente chamar a atenção dos alunos para a diferença existente entre as duas últimas sentenças desta lição e as correspondentes do cartaz anterior.

Ao passarem à 2.ª lição do material básico, já os alunos estão familiarizados com as palavras *Lili*, *Suzete* e *cachorrinho*, o que facilitará a aprendizagem desta lição. Sugerimos mais duas: uma para ser dada depois do segundo cartaz do material básico: (o piano de Lili) e outra para depois do 3.º: “As meias de Lili”.

O piano de Lili

Lili toca piano.
Lili toca para Suzete.
A cachorrinha gosta de piano.
Ela diz assim: au! au!
Toca, Lili, dó, ré, mi, fá.

As meias de Lili

Eu vou calçar as minhas meias
As minhas meias são listadas.
As minhas meias são bonitas.
Elas não estão furadas.

Há ainda uma recomendação do nosso Programa de Experiência que não deve ser esquecida: é a concernente aos períodos de leitura. Ali encontramos este item:

“Como a atenção das crianças é muito curta, nesta fase, é preferível que haja muitos períodos de leitura, embora curtos, em vez de um ou dois longos. No momento em que o professor sentir que o interesse vai declinando deve mudar de atividade ou, então, de aula”.

Usando vários períodos de leitura, a professora poderá trabalhar com mais de um grupo de crianças, dando a cada grupo o exercício ou a lição de que necessita.

Mesmo nas classes mais homogêneas os alunos não se desenvolvem igualmente; enquanto uns já galgaram a fase de reconhecimento das palavras, outros ainda não fixaram bem as sentenças.

Esses períodos permitem atender às diversas etapas do ensino da leitura: histórias, sentenças, porções de sentido, palavras e sílabas, sem tornar a aula fastidiosa para as crianças que já venceram uma das etapas.

Seria bom não esquecer que entre a fixação de sentenças e a de palavras há uma fase intermediária: *a da porção de sentido*. Esta fase permite que a decomposição da sentença em seus elementos constitutivos se faça gradativamente, facilitando, assim, o processo analítico que a criança deve realizar.

A professora fará estes exercícios usando fichas e o quadro negro. Com as fichas vários exercícios podem ser organizados, dando-se a ler à criança determinada parte das sentenças, que necessita ser fixada.

Se usar o quadro, a professora poderá escrever sentenças incompletas, repetindo certa porção de sentido da mesma. Por exemplo:

Eu gosto tanto de . . . (doce)

Eu gosto tanto de . . . (mamãe)

Eu gosto tanto de . . . (papai)

Olhem para . . . (Lili)
Olhem para . . . (Suzete)
Olhem para . . . (Mimi)

Eu vou calçar . . . (as minhas meias)
Eu vou calçar . . . (as minhas luvas)
Eu vou calçar . . . (os meus sapatos)

Os alunos as completarão com as palavras e frases escritas dentro dos parêntesis ou outras que a professora queira fixar.

A repetição da imagem visual da sentença, da porção de sentido ou da palavra, em exercícios variados e sugestivos, facilita a fixação das mesmas, de maneira rápida e segura. No Manual da Professora do “Pré-livro de Lili” encontram-se sugestões para os exercícios a serem feitos nesta fase.

Queremos referir-nos ainda à leitura oral. A leitura oral é imprescindível, notadamente nas classes iniciantes. Ao lerem oralmente, os alunos imitam a professora, aprendem a pronunciar bem as palavras e a ler com a ênfase e a expressão adequada. Algumas professoras usam a leitura coletiva em voz alta. Entretanto há um perigo neste processo: é a formação de maus hábitos; os alunos não se esforçam por ler e entender e sim, repetem a lição de ouvido, sem ler, isto é, sem olhar, prejudicando, dessa forma, a aprendizagem. Por essa razão, não se aconselha esse processo.

Ao mandar ler oralmente, a professora deve chamar antes a atenção da classe para o quadro, o cartaz ou a ficha, segundo o material empregado, colocando a lição de modo a ser bem vista de todos. Em seguida a professora lerá primeiro, e os alunos acompanharão a leitura em silêncio. Depois cada um, por sua vez lerá em voz alta, sem apontar nem escandir as palavras.

É imprescindível verificar se as crianças lêem com os olhos, ao tempo em que pronunciam as palavras da lição, visto ser a vista o principal sentido usado na leitura; e só assim

poderão gravar a imagem visual das palavras. Estes e outros aspectos da aula que s6em passar, 6s v6ezes, despercebidos, t6em grande influ6ncia na forma66o dos h6bitos de leitura, e os primeiros h6bitos, diz um psic6logo, s6o os que perduram. H6 que trabalhar ent6o, desde o in6cio, pela forma66o de bons h6bitos, n6o se apartando nunca a professora do princ6pio fundamental de que "ler 6 interpretar".

ANITA FONSECA

PALAVRAS DE MESTRES

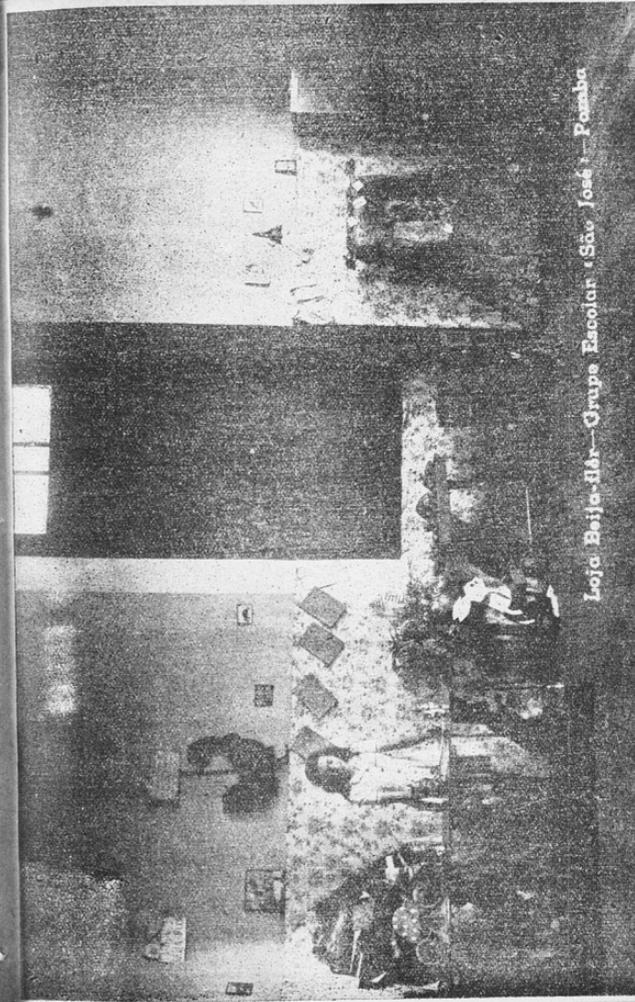
O hor6rio escolar 6 el6stico: — uma vez que o tacto did6tico do mestre seite, na classe, esta ou aquela conveni6ncia, alonga ou encurta o tempo, d6 mais ou menos mat6ria. E' um gui6 m6vel, diser-se-ia inteligente, que se adapta sem viol6ncia e nunca se mutila, porque a li66o, que hoje se prejudicou de minutos, beneficia-se amanh6 com tempo igual ao que 6 outra foi aumentado. Assim compreendido, o hor6rio das escolas prim6rias 6 6til, 6 necess6rio, 6 indispens6vel.

Jo6o TOLEDO

PALAVRAS DE MESTRES

Em todo estudo 6 necess6rio partir de um aspecto profundo das quest6es e abstrai-lo, isol6-lo como si 6le s6 existisse; gradualmente, a corre66o vir6 depois pela reposi66o que formos fazendo das particularidades postas 6 margem e que completam a id6ia primitiva.

WILLIAM JAMES



Loja Beija-flor — Grupo Escolar "S6o Jos6" — Pomba

...a vida humana... desenvolvimento... progresso... a humanidade... a construção de um mundo novo...

A mocidade e a democracia

LEVINDO LAMBERT

(Diretor do Conservatório Mineiro de Música)

O sociólogo francês Le Corbusier põe estas palavras em seu livro "INVITE A L'ACTION": O mundo está doente. Cumpre-lhe realizar um reajustamento. Reajustamento! E' muito pouco. Trata-se de um grande evento da humanidade: a construção de um mundo novo...

Não resta dúvida que o pensamento é banal. Nesta hora tórva e triste, são palavras encontradiças em tôdas as bocas e por tôda parte.

E' talvez o pensamento poético de Nietzsche, quando em ORIGEM DA TRAGEDIA diz isto: "O mundo real se cobre com um véu, e um mundo novo, mais claro, mais inteligível e, não obstante, mais fantástico, nasce e se transforma ante nossos olhos."

Seguindo mais ou menos a mesma esteira, Kilpatrick, procurando decerto condutores para essa era nova que se avizinha, torna mais decisivo o pensamento: "Nossos moços, diz o filósofo de EDUCAÇÃO PARA UMA CIVILIZAÇÃO EM MUDANÇA, nossos moços têm que enfrentar, e isso me parece evidente, um futuro desconhecido. Não ousamos supor que as velhas soluções lhes bastem. Parece que precisamos ter uma filosofia que tome em consideração não só o fato da mudança, mas que abranja dentro de si mesma, a mudança como elemento essencial."

Aí estão, sem dúvida, duas premissas de conclusões fáceis: iniciamos uma era nova na civilização, e aos moços — é a palavra do filósofo — cabe neia a tarefa principal.

Nenhum acontecimento assinalou de maneira assim decisiva um novo ciclo histórico. Se a Revolução Francesa, por exemplo, trouxe no seu bojo um acervo de idéias e ideais capazes de estabelecerem, como estabeleceram, rumos novos à marcha da civilização, não teve, entretanto, no domínio do espírito e da matéria, a extensão dos acontecimentos da hora presente, nem a convulsão revolucionária pôde alargar o seu âmbito de ação, somando e entrosando todos os elementos que cercam o homem e a sociedade moderna.

Estamos, pois, transpando os umbrais de um mundo novo, radicalmente novo. Um mundo em que espírito e matéria vão receber matizes ainda desconhecidos.

E' inútil a tentativa de presumi-lo ou desvendá-lo. Hora por hora — um lance novo. Dia por dia — uma surpresa.

A Carta do Atlântico, que arrancou aplausos uníssimos e suspiros de alívio, já se vai esmaecendo, como aos poucos esmaece a clorofila das plantas sem os raios verdes do sol... Terá decerto o destino melancólico dos princípios, utópicos do Presidente Wilson...

A decantada Liberdade, em nome da qual se encharcaram de sangue os campos verdejantes da Europa infeliz, vai tomando, a pouco e pouco, uma fisionomia diferente daquela que, esculpida em mármore ou granito, aclara, de facho aceso, a entrada empolgante do pórtico de Nova Iorque.

Daí se vê que é imprevisível o mundo de amanhã. A própria fantasia de Wells, capaz de devassar eras pregressas e desvendar mundos futuros, não poderá imaginar como se conjugarão os ideais dispares que, nesta hora, marcham lado a lado na escalada tormentosa destes dias, em procura de um mundo melhor.

Não podemos encher-nos de pessimismo: eu creio nesse mundo melhor. Não há incoerência nessa afirmativa: — eu creio mesmo nesse mundo melhor. E creio, porque DEUS não deixará em vão o nosso esforço, o nosso sacrificio e o nosso sangue; porque DEUS não deixará que o mal se so-

breponha ao Bem; porque DEUS não desampará a humanidade sofredora.

E a própria humanidade, batida e esbatida, esfalfada e maltratada, como aquêlê filho pródigo da página bíblica, voltará ao remanso do lar, arrependida, disposta a aceitar a palavra do Divino Mestre:

— Não matarás. Amarás ao próximo como a ti mesmo.

De qualquer maneira, no entanto, estão sobre os ombros dos moços, como diz Kilpatrick, as responsabilidades pelo mundo de amanhã.

Partícipes da sociedade que há de vir após os cataclismas, terão nas mãos vigorosas, desafiando o Prometeu da lenda, a matéria plástica destinada a receber impulsos criadores. Tudo então dependerá da chama interior que consigam atear, sem penetrar os arcanos de Júpiter... Vale dizer: tudo dependerá da própria mocidade.

E' ela que súa e sofre nos campos de batalha; é ela que verte o sangue generoso e morre em favor da humanidade; é ela que transpõe trincheiras e leva triunfante a bandeira desta ou daquela Pátria; e é sobre ela, por isso mesmo, que repousam as esperanças da Paz. E' ela ainda que tem a alma limpa de erros e ambições; que não tergiversou nos conciliábulos políticos e nos tratados internacionais; é ela que não foi ouvida, que não foi consultada, que não opinou.

Deve caber-lhe, pois, na mesa da Paz, lugar de honra. Deve caber-lhe a tarefa da construção e da reconstrução.

A experiência política, cantada e decantada nas páginas milenárias da História, será substituída — se necessário — por uma concepção de vida isenta de paixões e ambições.

Não se diga, jamais, que essa mocidade se formou sob o sol escaldante das paixões que ataçaram a luta e alimentaram o Moloch insaciável.

Não. Pelo menos, do nosso lado.

Se é certo que os regimes totalitários envolveram os moços em sua voragem tenebrosa, êsses que foram de vitória em vitória, levando os ideais da democracia na ponta das baionetas, êsses formaram o seu espírito num clima de Amor e

Paz. Por estas bandas do Atlântico — mercê de DEUS — o martelo de Thor não consegue formar caracteres. Mais exatamente: o continente da liberdade não sabe formar escravos no sentido expresso por Platão: homem que recebe de outros os objetivos que orientam sua conduta.

E possível que semelhante disposição de espírito seja inata na gente americana; mas é certo também que os princípios norteadores de sua educação assim lhe preparam a mentalidade e o caráter.

E precisamente Dewey quem o assevera: "O amor da democracia pela educação é um fato sedição. A explicação superficial é que um governo que se funda no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o elegem e lhe obedecem não forem suficientemente educados."

A crítica atirada à pedagogia de Dewey não tem, nesse particular, consistência e plasticidade. Nenhuma filosofia de educação destinada a preparar a mentalidade política de um povo alcançará o êxito colimado se o sistema político e os métodos de governo não constituírem a ressonância e o corolário de sua pregação.

O princípio dominante na filosofia deweyana consiste na integração do homem no meio social. E a sociedade é constituída à feição do regime político que a rege. Por isso mesmo é que se tornou refrão, tantas vezes repetida, a expressão de Dewey: "a escola é uma sociedade em miniatura."

Embebida de tais princípios, aceita e experimentada por quase todos os países dêste hemisfério, a educação dos povos americanos vai preparando a mentalidade de sua gente por um prisma verdadeiramente democrático. Porque, sem nenhuma dúvida, é na escola primária que se alicerçam e fundamentam o caráter e a personalidade do indivíduo. E a escola que vive nestas alturas não prega nem ensina outra coisa senão liberdade e paz.

LEVINDO LAMBERT

Instantaneos da escola

MANUEL CASASANTA

(Chefe de Serviço, em exercício, do Departamento de Educação)

1 — UMA EXPOSIÇÃO

Passei boa parte da tarde dêste ensolarado vinte e cinco de outubro de mil novecentos e quarenta e cinco, no grupo escolar "Barão de Macaúbas". Levou-me até lá a curiosidade de ver a exposição de trabalhos feitos durante o ano pelas crianças da professora Almandina Junqueira.

Classe de 1.º ano. Alunos matriculados, 47; frequentes 46. Nas carteiras individuais, arrumados em envelopes, os cadernos de cada criança. Abro ao acaso um caderno de desenho: em abril, o garoto desenha uma árvore atravessando, por transparência, uma casa, sobre cujo telhado floresce a copa... Em outubro, novo desenho sobre o mesmo motivo: a árvore posta-se ao lado da casa, com simetria e algum respeito à perspectiva. Agora, tomo às mãos um caderno de caligrafia: a criança, de começo, fez garatujas. Que é a escrita para o escolar principiante senão garatuja? Pouco a pouco, definem-se os traços, as letras e as palavras adquirem fisionomia. Continuo a folhear o caderno: as últimas páginas apresentam boa grafia, excelente mesmo para o 1.º ano.

Outros trabalhos, e numerosos, estendem-se sobre os móveis, ganham as paredes: tecelagens, álbuns de história, relógios de papelão, que sei eu? A um canto, o armário da biblioteca "João Lúcio Brandão". Compreende-se: biblioteca para crianças de 1.º ano que já sabem ler. Em outro can-

to, no ângulo esquerdo e ao alto, um cartaz exhibe a gravura de uma menina, com a caneta na mão. E, diante da caneta, o letreiro: "Já sei escrever meu nome". Fico imaginando o interesse, o estímulo trazido à classe, à medida que cada aluno, por já saber escrever, apunha o nome no cartaz.

Enquanto descia as escadas do grupo escolar "Barão de Macaúbas" em companhia de sua dedicada diretora Marieta Brochado, meu pensamento se insinuava, fugia para a sala da professora Almandina Junqueira que muito se esforçou e muito conseguiu.

2 — MENINOS E MENINAS

O problema do recreio em comum a meninos e meninas permanece na ordem do dia. Alguns diretores o resolvem de plano, sumariamente: meninos e meninas, cada qual para o seu lado. Se houver muro separando os pátios, tanto melhor. Outros o consideram de maneira diversa: afinal de contas, trata-se de crianças e não vai mal que fiquem juntas, juntas satisfazendo ao impulso de brincar, correr e crescer.

Estou que os pais, se consultados, adotariam a primeira solução: — para as meninas a companhia das meninas e para os meninos a dos meninos. E, note-se, com fundamento, pelo menos de certo ponto em diante. Aí por volta dos nove anos, enquanto que os meninos dão de preferir atividades, os exercícios que demandam força, necessários à formação do futuro homem, as meninas escolhem jogos ou brinquedos mais próprios da fragilidade e graça femininas.

A meu ver, o problema está mal colocado. Observem-se as crianças na hora do recreio. Em regra, os meninos ganham um canto do pátio, agrupando-se, à distância, as meninas, movidos uns e outros por sentimentos e pensamentos que nem sempre conferem com o pensamento e o sentimento adultos.

Está de acordo, minha prezada diretora?

MANUEL CASASANTA

(Continuação da página 30)

Biblioteca infantil, alma da Escola Primária

NAIR STARLING

IV

AMBIENTE

O ambiente da biblioteca influe poderosamente no ânimo das crianças e mesmo no de qualquer leitor.

Uma sala apertada, cheia de sol, cercada de ruído ou com mobiliário impróprio não será por certo o lugar aconselhado para o desenvolvimento da atividade.

As condições exigidas para a biblioteca são as mesmas das modernas salas de aula — Ampla, arejada, silenciosa, com iluminação conveniente e mobiliário adequado.

Ambiente simples mas agradável, alegre, artístico e sobretudo infantil! Conjunto harmonioso e rico de sugestões que convide e predisponha à leitura.

"Em um ambiente pobre, o pensamento da criança morre de inanição".

(No livro "Instrução para as Bibliotecas Municipais", há modelos de mobiliário que podem ser adaptados às bibliotecas infantis).

V

SELEÇÃO DE LIVROS

Na organização da biblioteca devemos pôr em destaque a selecção de livros.

Quando seleccionar os livros?

Sempre.

O trabalho de selecção deve ser feito constantemente, retirando-se todo livro que possa infiltrar no espirito da criança maus exemplos e que não coopere na formação moral e social do aluno.

O trabalho de selecção deve ser o primeiro, o mais importante, feito sob medida criteriosa, sem escrúpulos exagerados ou desleixos perniciosos.

Nas mãos da criança só ficam bem os livros que tenham qualidade. Livros dignos da infância.

"Em matéria de leitura primária a qualidade deve superar completamente a quantidade", escreveu Marieta Leite.

"O livro é sempre um degrau; a subir se é bom; a descer se é mau. Por êle o espirito ascende à claridade ou abisma-se na treva", comentava Coelho Neto.

"Boa leitura é aquela que instrue divertindo e que nos induz a praticar o bem", (REVISTA DO ENSINO).

Os livros infantis precisam de exemplos de coragem, camaradagem, aventura, audácia, mas exemplos que interessem, elevando.

Há quem condene as histórias maravilhosas e fantásticas, atribuindo valor educativo somente às reais. Mas o erro não está no género da história. Está no estímulo.

Quanto exemplos de coragem, de altruísmo e amor, a criança não aprende através da fantasia. As histórias maravilhosas satisfazem ao ritmo da vida psíquica da criança e por isso tornam-se insubstituíveis.

Real ou fantástica, a história precisa de estímulo são.

Cenas de vingança, termos de gíria, comentários tendenciosos etc., podem servir de estímulo salutar?

Infelizmente, porém, o ambiente da literatura infantil é bastante inescrupuloso.

E é isso um crime. Com plasticidade sensível, a criança grava as emoções tôdas, e a leitura vai deixando, no seu espirito, rastros de amor e paz, ou gritos de guerra e revolta, concorrendo para a formação ou deformação do caracter.



Pelotão de Saúde "São Vicente de Paulo", do Grupo Escolar "São José" da cidade de Bomba.

As crianças ficam tão viciadas com leituras de estímulo forte que chegam a ironizar as histórias mais delicadas, mais tranquilas. Querem crimes sensacionais, vida de corsário, de bandido, paixão, morte e vingança!

Explorar esses assuntos é embrutecer a alma da criança, é levar à morte uma geração inteira, excitada e sensual, incapaz do verdadeiro heroísmo.

Imagens leves, dinâmicas, cheias dessa despreocupação feliz que caracteriza a infância, são motivos mais próprios do que o peso do crime.

Formar nos alunos mentalidade inócua e incapaz de reações justas é erro, mas nosso dever, diante de Deus e da Pátria, é guiá-los na conquista do mundo melhor a que aspiramos.

Quem escreve livros infantis deve procurar subir até onde está a criança, para não a arrastar na onda de lama que envolve a mentalidade de muita gente adulta...

(Continua)

NAIR STARLING

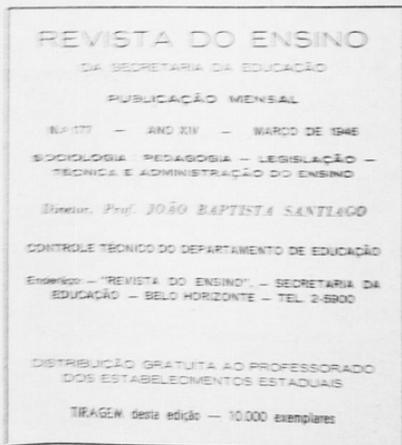
Departamento de Educação

Directoria da "Revista do Ensino"

Ato do Superintendente:

Designando, de acordo com o Decreto-lei n.º 1622 de 30 de Janeiro de 1946, para exercer as funções de Director da "Revista do Ensino", o prof. João Baptista Santiago, sem prejuizo das suas funções de sub-chefe na Difusão Cultural.

("Minas Gerais" de 24 de março de 1946)



Unificação da língua portuguesa

(LEGISLAÇÃO FEDERAL)

DECRETO-LEI N.º 8.286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945

*Aprova o Acôrdo Ortográfico para a unidade da
língua portuguesa*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Acôrdo para a unidade ortográfica da língua portuguesa, resultante dos trabalhos da Conferência Interacadêmica de Lisboa, e publicado em anexo ao presente Decreto-lei.

Art. 2.º Em cumprimento das condições do Acôrdo Ortográfico, incumbir-se-á a Academia Brasileira de Letras de adaptar às normas nêle fixadas as Instruções para a publicação do Vocabulário da Língua Portuguesa.

Art. 3.º A Academia Brasileira de Letras encarregar-se-á, igualmente, da elaboração de um Vocabulário Ortográfico Resumido, exemplificativo das normas estabelecidas no Acôrdo, e de nova edição, conseqüentemente refundida, de seu Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Art. 4.º Terão caráter oficial, servindo de padrão à escrita vernácula, assim para o ensino no país, como para as repartições públicas, e independentemente de nova aprovação do Govêrno, os Vocabulários organizados pela Academia Brasileira de Letras, nos têrmos das instruções a que se refere o art. 2.º.

Art. 5.º O Ministério da Educação e Saúde baixará oportunamente portaria em que consigne a obrigatoriedade, nas

escolas, da ortografia regulada pelo Acôrdo interacadêmico, tendo em vista as conveniências do ensino, a suficiente difusão dos Vocabulários acadêmicos e os prazos que forem razoáveis para a adaptação dos livros didáticos, sem prejuízo de autores e editores.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES

A. de Sampaio Dória

Jorge Dodsworth Martins

Canrobert Pereira da Costa

P. Leão Veloso

J. Pires do Rio

Maurício Joppert da Silva

Theodoreto de Camargo

Raul Leitão da Cunha

R. Carneiro de Mendonça

Armando F. Trompowsky

PROTOCOLO DE ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA ORTOGRÁFICA DE LISBOA

As Delegações Brasileira e Portuguesa, ao encerrar os seus trabalhos, tendo em consideração que o objetivo da Conferência se restringia à eliminação por mútuo acordo, das divergências existentes entre os Vocabulários Ortográficos das duas Academias de 1940 e de 1943; mas atendendo, outrossim, a que as circunstâncias lhes ofereceram o ensejo de realizar em comum atos complementares, no sentido de facilitar as operações acadêmicas conducentes à execução, nos dois Países de língua portuguesa, do estipulado na Convenção de 29 de dezembro de 1943, resolvem:

1.º submeter aos respectivos Governos, para os efeitos que forem julgados convenientes, os seguintes documentos, dos quais consta que o objetivo da Conferência foi plenamente atingido, adotando-se critério unitário, mediante ajustamentos e concessões recíprocas, em todos os pontos de divergência verificados:

a) instrumento do Acordo Ortográfico de 10 de agosto último (doc. I);

b) instrumento complementar, de 25 de setembro findo, que contém o desenvolvimento analítico de cada uma das 51 bases do Acordo, para mais perfeita compreensão e exemplificação dos casos examinados e resolvidos (doc. II);

2.º encaminhar às duas Academias as "Instruções" para elaboração dos Vocabulários decorrentes do Acordo, apresentadas pela Delegação Brasileira, já examinadas, discutidas e aprovadas pela Conferência em sessão de 2 do corrente (doc. III), afim de que as douts Corporações, como é de sua competência se pronunciem sobre a matéria, sem prejuízo do que foi preceituado no instrumento de 10 de agosto de 1945 e nas respectivas bases analíticas de 25 de setembro (doc. I e II);

3.º recomendar às duas Academias, nos termos da resolução adotada pela Conferência em sessão de 2 do corrente, a organização, com a possível brevidade, do Vocabulário Ortográfico Resumido a que se referem os artigos I e II da primeira parte do Acordo de 10 de agosto último, a um tempo inventário das palavras básicas da língua e prontuário das alterações agora introduzidas na escrita portuguesa unificada, com o fim de prover com urgências às necessidades do ensino, da imprensa e das Repartições oficiais de ambos os Países, até que as Academias dêem à estampa os seus Vocabulários completos;

4.º manifestar à Academia Brasileira de Letras o desejo, expresso pela Delegação Portuguesa, de que aquela Corporação tome a iniciativa dos trabalhos do Vocabulário Resumido, com a colaboração da Academia das Ciências de Lisboa, mediante permuta de provas tipográficas, atendendo a que a Delegação Brasileira, durante a sua permanência em

Lisboa, elaborou já um projeto do referido Vocabulário, de que foram presentes à Conferência algumas fôlhas;

5.º expressar o seu voto no sentido de que o instrumento do acordo e as respectivas bases analíticas (docs. I e II), cuja entrega se fará diretamente aos dois Governos, sejam publicadas ao mesmo tempo em Portugal e no Brasil;

6.º sugerir as vantagens da reunião, na cidade do Rio de Janeiro e na primeira oportunidade, de um Congresso da Língua Portuguesa;

7.º preconizar o prosseguimento da colaboração íntima, permanente e diuturna das duas Academias em tudo quanto diga respeito à unidade ortográfica, ao esplendor literário e à política de expansão e prestígio do Idioma.

Lisboa e Palácio da Academia, em 6 de outubro de 1945.

O PRESIDENTE

Júlio Dantas

A DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Pedro Calmon

Rui Ribeiro Couto

Olegário Mariano

José de Sá Nunes.

A DELEGAÇÃO PORTUGUESA

Gustavo Cordeiro Ramos

José Maria de Queiroz Veloso

Luiz da Cunha Gonçalves

Francisco da Luz Rebelo Gonçalves.

CONFERENCIA INTERACADEMICA DE LISBOÃ PARA A UNIFICACAO ORTOGRAFICA DA LINGUA PORTUGUESA

Conclusões complementares do Acordo de 1931

RELATÓRIO

Em cumprimento do que ficou resolvido em 6 de Agosto corrente, na nona sessão conjunta das duas delegações à Conferência Interacadêmica de Lisboa, a comissão de redação, abaixo assinada, apresenta o seu relatório, em que se define a orientação a que obedeceram os trabalhos e se resumem as conclusões unânimes aprovadas pelas duas delegações, afim de se eliminarem as divergências verificadas entre os vocabulários das respectivas Academias, resultantes do Acordo de 30 de abril de 1931 e publicados em 1940 e 1943.

Parte primeira

I

Para que o Acordo interacadêmico de 1945 tenha imediata expressão prática e exemplificativa, as duas Academias promoverão a publicação conjunta de um "Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa" que consigne, tanto quanto possível, somente as palavras indispensáveis cuja grafia possa servir de modelo às derivadas, afins ou similares.

II

Na elaboração das "Instruções" que devem preceder o "Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa", a matéria será ordenada, em suas linhas gerais, de conformidade com as "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" elaboradas em 1943 pela Academia Brasileira de Letras.

III

Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única. Não

se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.

IV

Existem no léxico da língua portuguesa inúmeros vocábulos de uso limitado ora a Portugal, ora ao Brasil, chamados "lusismos" e "brasileirismos". Podendo embora tais vocábulos não figurar nos pequenos ou grandes vocabulários das respectivas Academias, deverão eles obedecer às regras ortográficas unificadas, em obediência ao princípio, aqui consagrado, de que todas as palavras da Língua pertencem a um só sistema ortográfico.

V

Reconheceu-se que as principais divergências que se observam nos vocabulários de 1910 e 1943 provêm, sobretudo, de fenômenos fonéticos, peculiares, como é natural, não só a cada um dos dois países, mas até a determinadas regiões de um ou do outro.

Sendo propósito dos dois Governos e das duas Academias de Portugal e do Brasil a unidade ortográfica em harmonia com o espírito e a letra da Convenção Luso-Brasileira de 29 de dezembro de 1943, foi preciso transigir, de parte a parte:

a) quanto a determinadas consoantes que, na pronúncia respectiva dos dois países, ora são mudas, ora são sonoras ou ligeiramente sonoras (exemplos: *fato, facto; adoção, adopção; espetacular, espectacular*, etc.), tanto mais que, mesmo em cada um dos dois países, não é invariável, em todas as regiões, o uso de tais consoantes;

b) quanto à acentuação gráfica, ora modificada, ora abolida, de modo que as mesmas palavras nunca sejam escritas diferentemente, sendo isso, até certo ponto, uma consequência da doutrina anterior;

c) e, de modo geral, quanto ao princípio, até então observado, de que tudo quanto se diferencia na fala se diferen-



Biblioteca "Dr. Odilon Braga" do Grupo Escolar "São José", da cidade do Pomba

ça na escrita, porquanto, obedecendo a língua portuguesa, em cada um dos continentes onde é falada, a tendências fonéticas variáveis, nunca se poderia chegar à desejada unidade ortográfica, se se obedecesse rigorosamente a tal princípio.

VI

Cada uma das duas delegações apresentou, no início dos trabalhos, uma lista de observações sobre as divergências, verificadas na aplicação do Acordo de 1931 e constantes dos vocabulários de 1940 e de 1943.

Do exame a que se procedeu de cada uma de tais divergências, assim como do estudo de algumas questões pendentes ou omissas que convinha esclarecer, tudo em proveito da unidade da ortografia comum aos dois países, resultaram as resoluções, unânimesmente aprovadas, que constam da parte a seguir.

Compendiando embora este relatório todas as soluções aprovadas, e firmando desde logo o compromisso das duas Academias no tocante à sua observância, a Conferência providenciará para a elaboração imediata de um texto que contenha, analiticamente, as bases ortográficas do presente Acordo e dos ajustamentos que o completarem.

Dessarte, ter-se-ão atingido plenamente os fins do Acordo interacadêmico de 1931 e da Convenção Luso-Brasileira de 29 de dezembro de 1943: a unidade ortográfica da língua portuguesa.

Parte segunda

I

Manutenção do *k*, do *w* e do *y* em derivados vernáculos de nomes próprios estrangeiros.

II

Manutenção, também, em derivados vernáculos de nomes próprios estrangeiros, de combinações gráficas que não sejam peculiares da nossa escrita.

III

Emprego do *h* em posição inicial por força da etimologia, da tradição escrita ou de certas adoções convencionais.

IV

Regularização do emprego dos digramas *ch*, *ph* e *th* no final de formas onomásticas da tradição bíblica, levando-se em consideração o uso comum.

V

Regularização do emprego das consoantes homófonas: *ch* e *x*; *g* palatal e *j*; sibilantes surdas, *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*; *s* final de sílaba e *x* e *z* idênticos; *s* final de palavra e *x* e *z* idênticos; sibilantes sonoras interiores *s*, *x* e *z*, segundo o critério adotado no "Vocabulário" de 1943.

VI

Regularização do emprego das consoantes *c* e *p* nas seqüências *cc*, *cç*, *cl*, *pc*, *pç* e *pt*:

1.º Eliminam-se nos casos em que a consoante é invariavelmente muda na pronúncia dos dois países;

2.º Conservam-se nos casos em que são pronunciadas num dos dois países ou em parte de um deles;

3.º Conservam-se após as vogais *a*, *e* e *o*, nos casos em que não é invariável a sua pronúncia e ocorrem em seu favor outras razões, como a tradição ortográfica, a similaridade do português com as demais línguas românicas e a possibilidade de, num dos dois países, exercerem influência no timbre das vogais anteriores;

4.º Conservam-se também quando, sendo embora mudas, aparecerem em palavras ou flexões que devam harmonizar-se graficamente com palavras ou flexões afins em que essas consoantes se mantenham.

VII

Regularização do emprego (eliminação ou conservação) de consoantes de outros grupos ou seqüências: *s* da seqüência *xs*, quando após ele vem outra consoante; *b* da seqüência *bd*; *b* da seqüência *bt*; *c* da seqüência *cd*; *g* da seqüência *gd*; *g* da seqüência *gm*; *g* da seqüência *gn*; *m* da seqüência *mn*; *p* do grupo inicial *ps*; *ph* do grupo ou seqüência de origem grega *phth*; *th* da seqüência de origem grega *thm*. A eliminação dessas consoantes dependerá de serem invariavelmente mudas; a sua conservação (ou substituição, como no caso de *ph* mudado em *f*, ou *th* mudado em *t*) dependerá de serem invariavelmente pronunciadas ou de oscilar o seu uso entre a prolação e o emudecimento.

VIII

Regularização do emprego das consoantes finais *b*, *c*, *d*, *g* e *t* em antropônimos e topônimos, tomando-se em consideração o uso comum.

IX

Regularização do emprego de *e* e de *i*, assim como de *o* e *u*, em sílaba átona, conforme o critério que se adotou no "Vocabulário" de 1943.

X

Emprego exclusivo de *perguntar*, *pergunta*, etc., na escrita corrente, podendo, todavia, as formas *preguntar* e *preguntar*, etc., meras representantes de variações fonéticas, ser consignadas em vocabulários e dicionários, para se atender aos casos em que se queira reproduzir determinado tipo de linguagem local.

XI

Emprego exclusivo das formas *quer* e *requer* na escrita corrente, em vez das formas *quere* e *requere*, que, entretanto, serão legítimas, quando se ligarem ao pronome comple-

mento *o* ou a qualquer das suas flexões: *quere-o, quere-a, requere-os, requere-as*.

XII

Regularização da escrita das vogais nasais, matéria sobre a qual os dois vocabulários (1940 e 1943) são conformes, mas em cuja prática se têm verificado irregularidades.

XIII

Regularização da escrita dos ditongos orais e nasais nas mesmas circunstâncias e pela mesma razão do artigo anterior.

XIV

Omissão do acento agudo nas vogais tônicas *i* e *u*, quando são foneticamente distintas de uma vogal anterior e estão em sílaba terminada por *l, m, n, r* ou *z*, ou são seguidas de *nh*. (Exemplos: *addil, Coimbra, constituinte, demiurgo, juiz, rainha*).

XV

Omissão do acento agudo no *i* e *u* tônicos de palavras paroxítonas, quando precedidos de ditongo; nos ditongos *iu* e *ui* tônicos precedidos de vogal; e no *u* tônico de palavras paroxítonas, quando precedido de *i* e seguido de *s* e outra consoante. (Exemplos: *baiuca, bocaiuva, cauíla; atraíu, paúis; semiústo*).

XVI

Omissão do acento agudo na terminação *eia* (*ideia, assembleia, epopeia*), na terminação *eico* (*epopeico, onomatopeico*) e no ditongo *oi* de algumas palavras cuja pronúncia não é uniforme nos dois países (*comboio, dezoito*).

XVII

Emprego do acento agudo na terminação *âmos* da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo

dos verbos da primeira conjugação. Observe-se que, neste caso, em que as pronúncias de Portugal e do Brasil divergem, o acento agudo não serve para indicar o timbre, mas apenas para distinguir-se essa forma da sua correspondente no presente do indicativo, em benefício da clareza do discurso.

XVIII

Emprego do acento agudo em palavras cuja vogal tônica é aberta e que estão em homografia com palavras sem acentuação própria. Exemplos: *pêlo* do verbo *pelar*, por haver *pelo*, aglutinação de *per* e *lo*; *pára* do verbo *parar*, por haver *para*, preposição.

XIX

Emprego do acento circunflexo nas vogais *a, e* e *o* tônicas dos vocábulos proparoxítonos, quando elas são seguidas de sílaba iniciada por consoante nasal e são invariavelmente fechadas na pronúncia de Portugal e do Brasil. (Exemplos: *câmara, pânico, fêmea, cômodo*). Emprego do acento agudo em vez do circunflexo, quando não se dá essa invariabilidade de timbre. (Exemplos: *acadêmico, edênico, anatômico, demônio*). O mesmo se observará em relação aos paroxítonos que, precisando de acentuação gráfica, estejam em idênticas condições. (Exemplos: *Amon, fémur, Vénus, abdômen, bônus*).

Observe-se que o acento agudo nos sobreditos casos de pronúncia não invariável serve apenas para indicar a tonicidade, e não o timbre.

XX

Emprego do acento circunflexo nas formas da terceira pessoa do plural *têm, vêm, contêm, convêm*, etc., *gratificamente* distintas das terceiras pessoas do singular correspondente —

tem, vem, contém, convém, etc. Essas formas terão emprego exclusivo na escrita corrente, preterindo assim as flexões têm, vêem, convêem, etc. que se consideram como dialectais.

XXI

Emprego do acento circunflexo nas formas verbais que têm o hiato *ee*, com *e* tônico fechado: *cêem, dêem, lêem, vêem* (do verbo *ver*); e omissão do mesmo acento nas formas verbais e nominais que têm o hiato *oo*: *abençoo, voo, Aqueloo, Eoo*.

XXII

Eliminação do acento circunflexo em homógrafos heterofônicos (como *cerca*, substantivo, com *e* fechado, e *cerca*, verbo, com *e* aberto; *força*, substantivo, com *o* fechado, e *força*, verbo, com *o* aberto). Exceptuam-se os casos de homógrafos heterofônicos que representam flexões da mesma palavra (*pôde e pode; dêmos e demos*) e os casos de palavras com vogal tónica fechada, que são homógrafas de outras sem acentuação própria (*pêlo*, substantivo, e *pelo* aglutinação de *per e lo; pôr*, verbo, e *por*, preposição).

Ainda que no caso de *dêmos* e *demos* não se verifique sempre a distinção de timbre entre a vogal tónica da forma conjuntiva e a do pretérito perfeito do indicativo, pois a segunda pode também soar com *e* fechado, a clareza do discurso recomenda que elas se diferencem gráficamente, tal como sucede nas formas em *amos* e *âmos*, do número XVII.

XXIII

Emprego do acento grave nos advérbios em *mente* que provêm de formas adjectivas marcadas com acento agudo, e nos derivados em que entram sufixos precedidos do infixo *z* e cujas formas básicas são marcadas com o mesmo acento. (Exemplos: *benéficamente, agradavelmente, dis-*

traidamente, heróicamente, mamente, samente; lâbiozinho, pétalazinha, dêbilzinho, Jôiazinha, ôrfãozinho, anêzinhos, avôzinha, cafêzinho, cafêzeiro, chapêuzito, cházada, mázina, vintênzinho).

XXIV

Emprego do acento grave nas contrações de palavras inflexivas com as formas do artigo ou pronome demonstrativo *o, a, os, as, bem* como nas contrações da preposição *a* com as formas pronominais demonstrativas *aquele, aquela, aqueles, aquelas, aquilo, aqueloutro, aqueloutra, aqueloutras, aqueloutras*.

XXV

Supressão do acento grave em *Guiana* e seus derivados.

XXVI

Abolição do acento grave em homógrafos, salvo quando importa diferenciar por meio deste acento, normalmente indicativo de abertura vocálica, certas formas que estão em homografia com outras que lhes são etimologicamente paralelas. Deste modo se distinguem: *agora*, interjeição de uso dialectal (Norte de Portugal), e *agora* advérbio, conjunção e interjeição; *ô, â, os, as*, formas arcaicas do artigo definido, e *o, a, os, as*.

XXVII

Supressão total do emprego do trema em palavras portuguesas e aportuguesadas.

XXVIII

Limitação do emprego do hífen, de acordo com o uso tradicional e corrente, em compostos do vocabulário on-

mástico formados por justaposição de palavras (*Vila Real, Belo Horizonte, Santo Tirso, Rio de Janeiro*, porém *Montemor-o-Novo, Grã-Bretanha, Austria-Hungria, Sargento-Mor*). e emprego do mesmo sinal nos derivados de compostos onomásticos desse tipo (*vila-realense, belo-horizontino, austro-húngaro*).

XXIX

Regularização do emprego do hífen em palavras formadas com prefixos de origem grega ou latina, ou com outros análogos elementos de origem grega, de conformidade, em suas linhas gerais, com as "Instruções" de 1943.

XXX

Emprego do hífen em palavras formadas com sufixos de origem tupi-guarani, que representam formas adjetivas, como *açu, guaçú* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada gráficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos.

XXXI

Emprego do hífen nas ligações da preposição *de* com as formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver* (*hei-de, há-de, há-de, háis-de, háo-de*).

XXXII

Emprego do hífen em combinações ocasionais de formas diversas que não constituem propriamente palavras, mas encadeamentos vocabulares. (Exemplos: A estrada *Rio de Janeiro-Petrópolis*; o desafio de xadrez *Portugal-França*, etc.).

XXXIII

Supressão do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo ou pronome demons-

trativo *o, a, os, as*, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais; e, como corolário, regularização dos casos em que essas preposições se fundem gráficamente com tais formas e daqueles em que se escrevem separadamente.

XXXIV

Abolição do apóstrofo nas dissoluções gráficas de combinação da preposição *de* com formas do artigo definido, pronomes e advérbios, quando estas formas estão ligadas a uma construção de infinitivo. Exemplo: Em virtude *de* os nossos pais serem bondosos).

XXXV

Emprego do apóstrofo para cindir uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fracção respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular imediato, podendo, porém, ser empregada a preposição íntegra. (Exemplos: *d'Os Lusíadas*, *n'Os Sertões*, ou de *Os Lusíadas*, em *Os Sertões*).

XXXVI

Emprego do apóstrofo para cindir uma contração ou aglutinação vocabular; quando um elemento ou fracção respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce por meio de inicial maiúscula: *d'Ele, n'Ele, d'Aquele, m'O, t'O, lh'O* (a segunda parte referente a Deus, a Jesus, etc.); *d'Ela, n'Ela, d'Aquela, m'A, t'A, lh'A* (a segunda parte referente à Mãe de Jesus).

XXXVII

Emprego do apóstrofo quando, no interior de uma palavra composta se faz invariavelmente, no Brasil e em Portugal, a elisão do *e* da preposição *de*: *copo-d'água* (planta) *mãe-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco*, etc. Dispensa do após-

trofo quando essa elisão é estranha à pronúncia brasileira, embora seja normal na portuguesa: *maçã-de-ãdão*.

XXXVIII

Emprego do apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiológico, quando se dá a elisão da vogal final daquelas formas: *Sant'Ana*, *Sant'Iago* (como em *Calçada de Sant'Ana*, *Ordem de Sant'Iago*). Quando, porém, tais ligações, operada a mesma elisão, constituem perfeitas unidades mórficas devem aglutinar-se os dois elementos: *Manuel de Santana*, *Santana do Parnaíba*, *ilha de Santiago*.

Em paralelo com esse caso, emprega-se também o apóstrofo na ligação de duas formas antroponímicas, quando se elide um o final na primeira: *Nun'Álvares*, *Pedr'Álvares*, etc., o que não impede que se escreva igualmente *Nuno Álvares*, *Pedro Álvares*, quando não há elisão.

XXXIX

Emprego de maiúsculas nos nomes étnicos de qualquer natureza, nos nomes do calendário (com excepção das designações vernáculas dos dias da semana, tradicionalmente escritas com minúsculas) e nos nomes de festas públicas tradicionais.

XL

Emprego da maiúscula inicial nas palavras que nomeiam indeterminadamente pessoas, fazendo as vezes de antropónimos: *Fulano*, *Sicrano*, *Beltrano*, emprego, porém, da inicial minúscula nessas mesmas palavras, quando elas valem por sinónimos de *individuo*, *tipo*, *sujeito*, etc.

XLI

Emprego da maiúscula inicial nos nomes dos pontos cardeais e colaterais, quando designem regiões.

XLII

Emprego da maiúscula inicial em palavras que designam altos conceitos políticos, nacionais ou religiosos, quando elas se usam sinteticamente. (Exemplos: *a Nação*, *o Estado*, *a Raça*, *a Língua*, *a Igreja*, *a Religião*).

XLIII

Emprego de maiúscula inicial nos nomes de ciências, ramos científicos e artes, quando propriamente designam disciplinas escolares ou quadros de estudos pedagógicamente organizados.

XLIV

Regularização do emprego de maiúscula inicial nos títulos e subtítulos de livros, publicações periódicas e produções artísticas.

XLV

Emprego de maiúscula inicial nas formas pronominais que se referem a entidades sagradas, sempre que se queira dar-lhes realce, e na reprodução de formas pronominais de que usam pessoas de alta hierarquia política ou religiosa, quando se referirem a si mesmas (*Eu*, *Nós*).

XLVI

Emprego de minúscula inicial, e não maiúscula, nos nomes de cargos, postos ou dignidades, e nas palavras designativas de quaisquer títulos. (Exemplos: *el-rei*, *o marquês de . . .*, *o presidente da República*). Ressalvam-se os casos em que a maiúscula é exigida por hábitos oficiais ou por preceitos de outra ordem, já estabelecidos nos vocabulários das duas Academias. (Exemplos: *aprovado pela Portaria n. . . . do Ministro da Marinha*; *Sua Ex. o Sr. Pre-*

sidente da República; A Sobrinha do Marquês [título de livro], etc.).

XLVII

Emprego da minúscula inicial, em vez da maiúscula, nas palavras que ligam membros de compostos onomásticos ou elementos de locuções onomásticas, desde que sejam:

- a) formas do artigo definido;
- b) palavras inflexivas, simples ou combinadas com as mesmas formas;
- c) locuções referentes a qualquer categoria de palavras inflexivas e combinadas ou não de modo idêntico.

XLVIII

Regularização das normas da divisão silábica, de conformidade, nas linhas gerais, com o "Vocabulário," de 1943.

XLIX

Abolição das formas invertidas do ponto de interrogação e do ponto de exclamação, os quais serão apenas usados nas suas formas normais (? e !), para assinalar o fim de interrogações ou exclamações.

L

Conservação, para ressalva de direitos, da grafia dos nomes próprios adotada pelos seus possuidores nas respectivas assinaturas, bem como a grafia original de firmas comerciais, sociedades, marcas e títulos, inscritos em registro público.

LI

Substituições dos topónimos de línguas estrangeiras por formas vernáculas equivalentes, sempre que estas sejam antigas na Língua ou entrem no uso corrente.

PARTE TERCEIRA

Sendo de importância — à margem da matéria propriamente ortográfica — que se fixem normas para a adopção da mesma técnica lexicográfica, as duas delegações decidiram também regularizar casos morfológicos de diversa natureza, cujo tratamento possam influir na unidade ortográfica, tais como, entre outros:

- a) a conjugação dos verbos mais usados em *ear* e *iar*, especialmente no presente do indicativo, no todo ou em parte;
- b) as grafias dos vocábulos sincréticos e dos que apresentam uma ou mais variantes, tendo-se em vista o étimo e a história da Língua;
- c) a estrutura de vocábulos da nomenclatura científica ou erudita, como os terminados em *ita*, *ite* e *ito*, na designação de, respectivamente, minerais, fósseis e rochas;
- d) particularidades relativas a flexão de género e de número.

Lisbôa, 10 de Agosto de 1945 — A Comissão de Redacção: *Ruy Ribeiro Couto, José de Sá Nunes, Francisco da Luz Rebelo Gonçalves.*

Aprovado por unanimidade na décima sessão da Conferência Interacadémica de Lisboa para a unificação ortográfica da língua portuguesa.

Em 10 de Agosto de 1945. *Júlio Dantas* — Presidente; *Pedro Calmon, Gustavo Cordeiro Ramos, José Maria de Queiroz Veloso, Olegário Mariano, Luís da Cunha Gonçalves.*

BASES ANALÍTICAS DO ACÓRDO ORTOGRÁFICO DE 1945

BASE I

O *k*, *o w* e *o y* mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros que se escrevem

com essas letras: *frankliniano, kantismo; darwinismo, waqneriano; byroniano, taylorista*. Não é lícito, portanto, em tais derivados, que o *k*, o *w* e o *y* sejam substituídos por letras vernáculos equivalentes: *cantismo, darwinismo, baironiano*, etc.

BASE II

Em congruência com a base anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros, não tolerando substituição, quaisquer combinações gráficas não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista*, de Comte; *garrettiano*, de Garrett; *jeffersônia*, de Jefferson; *mülleriano*, de Müller, *shakespeareano*, de Shakespeare.

BASE III

O *h* inicial emprega-se: 1.º) por força da etimologia: *haver, hélice, hera, hoje, hora, humano*; 2.º) em virtude de tradição gráfica muito longa, com origem no próprio latim e com paralelo em línguas românicas: *húmido, humor*; 3.º) em virtude de adoção convencional: *hã?, hem?, hum!* Admite-se, contudo, a sua supressão, apesar da etimologia, quando ela está inteiramente consagrada pelo uso: *erva*, em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal, ervanário, ervoso* (em contraste com *herbáceo, herbanário herboso*, formas de origem erudita).

Se um *h* inicial passa a interior, por via de composição, e o elemento em que figura se aglutina ao precedente, suprime-se: *anarmônico, biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver, transumar*. Igualmente se suprime nas formas do verbo *haver* que entram, com pronomes intercalados, em conjugações de futuro e de condicional: *amá-lo-ei, amá-lo-ia, dir-se-á, dir-se-ia, falar-nos-emos, falar-nos-íamos, juntar-se-lhe-ão, juntar-se-lhe-iam*. Mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que

está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano*.

BASE IV

Os digramas finais de origem hebraica *ch, ph* e *th* conservam-se íntegros, em formas onomásticas da tradição bíblica, quando soam *Ch=c, ph=f, th=t* e o uso não aconselha a sua substituição: *Baruch, Loth, Moloch, Ziph*. Se, porém, qualquer destes digramas, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José, Nazaré*, em vez de *Joseph, Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

BASE V

Dada a homofonia existente entre certas consoantes, torna-se necessário diferenciar os seus empregos gráficos, que fundamentalmente se regulam pela etimologia e pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita as consoantes homófonas nem sempre permite fácil diferenciação de todos os casos em que se deve empregar uma consoante e daqueles em que diversamente, se deve empregar outra, ou outras, do mesmo som; mas é indispensável, apesar disso, ter presente a noção teórica dos vários tipos de consoantes homófonas e fixar praticamente, até onde for possível, os seus usos gráficos que nos casos especiais ou dificultosos a prática do Idioma e a consulta do vocabulário ou do dicionário irão ensinando.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1.º Distinção entre *ch* e *x*: *achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebuchar, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, cozia,*

debuço, deixar, eixo, elixir, enzofre, jaiza, feize, madeira, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, urte (interjeição), vexar, zadrez, zarape, xenofobia, xerife, xicara.

2.º Distinção entre *g* palatal e *j*: *adágio, clifageme, álgebra, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almagem, Alvorçe, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigr, gelsia, gengiva, gerçelim, geringonça, Gibraltar, ginete, girja, girafa, giria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru* (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), *canjerê, canjica, engrajar granjejar, hoje, intrujice, jecoral, seju, jeira, jeito, jelala, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerônimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jirili, jítirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujé, pajé, pegasento, rejeitar, sujeito, trejeito.*

3.º Distinção entre as sibilantes surdas *s, ss, ç, ç,* e *z*: *ânsia, ascensão, aspensão, cansar, conversão, escoiso, farsa, ganço, imenso, mansão, mansarda, manço, pretensão, remanço, seara, sela, sertão, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (idênticamente, Codessal ou Codassal, Co-ássada, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, massa, obsessão, pêssego, possessão, presságio, remessa, sobresse-lente, sossegar; acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, Enguiço, Gonçalves, in-ferção, línguaça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Moçâmedes, Monção, mulçumano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaca, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas Ceixa e Ceissa; Seiçal, Suiça, terço; au-zílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe:*

A propósito deve observar-se:

- a) Em principio de palavra nunca se emprega *ç*, que

se substitui invariavelmente por *s*: *safio, sapato, sumagre*, em vez das antigas escritas *çafio, çapato, çumagre*.

b) Quando um prefixo se junta a um elemento que começava outrora por *ç*, não reaparece esta letra: mantêm-se o *s*, que, encontrando-se entre vogais, se dobra: *assaloia-do, de saloio* (ant. *çaloio*), e não *açaloiado*.

4.º Distinção entre *s* de fim de sílaba, inicial ou interior, e *x* e *z* idênticos: *adestrar, Calisto, escusar, esdrázulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inestogável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, vlozmente.* De acôrdo com esta distinção, convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, e *x=s* muda para *s* sempre que está precedido de *i* ou *u*; *justapor, justalinear, misto, sistino* (cf. *Capela Sistina*), *Sisto*, em vez de *jurtapor, jurtalinear, mixto, sixtino, Sixto*.

b) Só nos advérbios em *mente* se admite *z=s* em final de sílaba seguida de outra. De contrário, o *s* toma sempre o lugar do *z*: *Biscaia*, e não *Bizcaia*.

5.º Distinção entre *s* final de palavra e *x* e *z* idênticos: *aguarrás, aliás, anís, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, iris, Jesus, jus, lápis, Luis, país, português, Queirós, quis, retrós, resvês, revês, Tomás, Valdês; cálix, Félix, fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez* (substantivo e forma do verbo *fazer*), *fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz.* A propósito, deve observar-se que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxitona: *Cádis*, e não *Cádiz*.

6.º Distinção entre as sibilantes sonoras interiores *s, x* e *z*: *aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa [Março àc], Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, guisar, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso* (nome de lugar, homónimo de *Luso*, nome mitológico), *Matosinhos*

(povoação de Portugal), *Meneses, Narciso, Nisa, obséquio, osar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, eribir, exorbitar, exuberante, inexacto, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, Frazão, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, teziria, Mouzinho, proeza, Salazar, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.*

BASE VI

O c gutural das sequências interiores cc (segundo c sibilante), çç e ct, e o p das sequências interiores pc (c sibilante), pç e pt, ora se eliminam, ora se conservam Assim:

1.º Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira, e em que não possuem qualquer valor particular: *aflicção, aflito, autor, condução, condutor, dicionário, distrito, ditame, equinócio, extinção, extinto, função, funcionar, instinto, praticar, produção, produto, restrição, restrito, satisfação, vítima, vitória* em vez de *aflicção, aflicto, auctor, condicção, conductor, dicionário, districto, dictame, equinócio, extincção, extinto, funcção, funcionar, instincto, praticar, produção, producto, restricção, restricto, satisfacção, victima, victória; absorção, absorcionista, adsarção, assunção, assunto* (substantivo), *cativar, cativo, descrição, descritivo, descrito, exercito, insultor, inscultura, presunção, presuntivo, prontidão, pronto, prontuário, redenção, redentor, transunto*, em vez de *absorção, absorpcionista, adsorpção, assumção, assumpto, captivar, captivo, descrição, descriptivo, descripto, excerpto, inscultor, insculptura, presumpção, presumptivo, promptidão, prompto, promptuário, redempção, redemptor, transumpto;*

2.º Conservam-se não apenas nos casos em que são invariavelmente proferidos (*compacto, convicção, convicto, ficção, fricção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, dip-*

tico erupção, eucalipto, inepto, núpcias, raptó; etc.), mas também naqueles em que só se proferem em Portugal ou só no Brasil, quer geral, quer restritamente: *cacto* (c interior geralmente proferido no Brasil e mudo em Portugal), *caracteres* (c interior em condições idênticas), *coarctar, contacto, dicção, facto* (c geralmente proferido em Portugal e mudo no Brasil), *facto, perfunção, revindicta, tactear, tacto, tecto* (c por vezes proferido no Brasil); *assumptível, assumptivo, cepto, consunção, consumptível, consumptivo, corrupção, corruptela, corrupto, corruptor, peremptório* (p interior geralmente proferido no Brasil, mas predominantemente mudo em Portugal), *sumptuário, sumptuoso;*

3.º Conservam-se, após as vogais a, e e o, nos casos em que não é invariável o seu valor fonético e ocorrem em seu favor outras razões, como a tradição ortográfica, a similaridade do português com as demais línguas românicas e a possibilidade de, num dos dois países, exercerem influência no timbre das referidas vogais: *acção activo, actor, afectuoso, arquitectura, colecção, contracção, correção, defectivo, dialectal, didactismo, direcção, director, eclectismo, electricidade, espectáculo, espectral, facção, faccioso, flectir, fracção, fraccionário, fractura, heciticidade, insecticida, inspecção, inspector, intelectual, leccionar, lectivo, nocturno, objecção, objectivo, Octaviano, Octávio, protecção, protector, secção, seccionar, sectário, sector, selecção, seleccionar, selectivo, subtracção, tração, tractor, transacção, transaccionar; acepção, adopção, adoptar, adoptivo, anabaptista, baptismo, Baptista, baptistério, baptizar, cepticismo, concepção, conceptáculo, conceptivo, conceptual, decepção, excepção, excepcional, exceptuar, imperceptível, intercepção, interceptação interceptar, interceptor, Neptuno, neptunino, opticidade, optimate, optimismo, optimista, percepção, perceptível perceptivo, receptor, recepção, recepção, receptáculo, receptor, receptivo, receptor, septenário, septênviro, septiforme, septissilabo, septuagenário, septuagésimo, septuplicar, sub-reptício, susceptibilidade, susceptível;*

4.º Conservam-se quando, sendo embora mudos, ocorrem em formas que devem harmonizar-se gráficamente com

formas afins em que um *c* ou um *p* se mantêm, de acordo com um dos dois números anteriores, ou em que essas consoantes estão contidas, respectivamente, num *x* ou numa seqüência *ps*. Escreve-se por isso: *abstracto*, como *abjecção*; *abstracto*, como *abstracção*; *acta* e *acto*, como *acção* ou *activo*; *adoplo*, *adoptas*, etc., como *adoptar*; *afecto*, como *afectivo* ou *afectuo-*
so; *ártico* e *antártico*, como *Arcluro*; *arquitecto*, como *arquitectura*; *caquético*, como *caquexia*; *carácter*, como *carac-*
teres; *colecta*, como *colectar*; *contracto* (diferente de *contrato* = *acto* de contratar), como *contractão* ou *contractivo*; *correcto*, como *correcção* ou *correctivo*; *dialecto*, como *dia-*
lectal; *didáctico*, como *didactismo*; *dilecto*, como *dilecção*; *directo*, como *direcção* ou *director*; *eclético*, como *eclectis-*
mo; *Egipto*, como *egipcio*; *eléctrico*, como *electricidade*; *epi-*
léptico, como *epilepsia*; *espectro*, como *espectral*; *exacto*,
 como *exactidão*; *excepto*, como *excepção* ou *exceptuar*; *flect-*
es, *flecte*, *flectem*, como *flectir*; *hético*, como *hecticidade*; *objecto*, como *objecção* ou *objectivo*; *olfacto*, como *olfacção*
 ou *olfactivo*; *óptico*, como *opacidade*; *óptimo*, como *optimis-*
mo; *predilecto*, como *predilecção*; *projecto*, como *projectão*
 ou *projector*; *prospecto*, como *prospecção* ou *prospectivo*; *recto*,
 como *rectidão*; *reflectes*, *reflecte*, *reflectem*, como *re-*
flectir; *reflecto*, *reflecta*, *reflectas*, *reflectamos*, etc., como *re-*
reflectes, *reflectir*, etc.; *selecta* e *selecto*, como *selecção* ou *se-*
lectivo; *séptuplo*, como *septuplicar*; *sintáctico*, como *sintaxe*
 (*x* = *ss*, mas etimologicamente *cs*); *táctica* e *táctico*, como *tac-*
ticografia; etc.

Prescinde-se da congruência gráfica referida no último número, quando determinadas palavras, embora afins, divergem nas condições em que entraram e se fixaram no português. Não há, por isso, que harmonizar: *assunção* com *assumptivo*; *assunto*, substantivo, com *assumpto*, adjetivo; *cativo* com *captor* ou *captura*; *dicionário* com *dicção*; *vitória* com *victrice*; etc.

BASE VII

Independentemente do *c* gutural das seqüências interiores *cc*, *cc*, e *ct*, e do *p* das seqüências interiores *pc*, *pc* e *pt*,

eliminam-se consoantes várias de outras seqüências, sempre que são invariavelmente mudas, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira. As mesmas consoantes, porém, se conservam (ou se substituem por outras equivalentes, dentro das normas da escrita simplificada), no caso de serem invariavelmente proferidas ou de oscilarem entre a prolação e o emudecimento. Assim:

1.º) *b* da seqüência *bd*: mantêm-se apesar de nem sempre soar, no adjetivo e substantivo *súbdito*:

2.º) *b* da seqüência *bt*: mantêm-se, por não ser geral o seu emudecimento, em *subtil* e derivados;

3.º) *c* da seqüência *cd*: elimina-se, por ser sempre mudo, em *anedota* e respectivos derivados ou compostos, assim como em *sinédoque*;

4.º) *g* da seqüência *gd*: elimina-se, por ser sempre mudo, em *Emídio* e *Madalena*, ao passo que se mantêm, por nem sempre ser mudo, em *amígdala* e respectivos derivados ou compostos;

5.º) *g* da seqüência *gm*: elimina-se em *aumentar*, *fleuma*, etc., mas conserva-se em todas as palavras em que invariavelmente se profere, como *apoteagma*, *diafragma*, *fragma*;

6.º) *g* da seqüência *gn*: conserva-se em *Agnelo*, *designar*, etc., mas elimina-se em todas as palavras em que é invariavelmente mudo, como *assinatura*, *Inácio*, *Inês*, *senal*;

7.º) *m* da seqüência *mn*: mantêm-se, embora nem sempre soe, em *amnistia*, *amnistiar*, *indemne*, *indemnização*, *indemnizar*, *omnímodo*, *omnipotente*, mas elimina-se em *condenar*, *dano*, *gínásio*, *ônibus*, *solene*, *sono*;

8.º) *p* da seqüência inicial *ps*: conquanto geralmente se mantenha, elimina-se, excepcionalmente, em *salmo* e *salmodia*, assim como nos derivados destas palavras;

9.º) *s* da seqüência *xs*: elimina-se, por ser invariavelmente mudo, em *exangue*, e nas palavras em que está seguido de outro consoante: *expuição*, *extipuláceo*, *extipulado* (*parónimo* de *estipulado*), em vez de *exspuição*, *exstipuláceo*, *exstipulado*;

10.º) *ph* da sequência de origem grega *phth*: ao passo que perdura sob a forma de *f*, tal como o *th* seguinte sob a forma de *t*, em grande número de palavras, como *afta*, *difteria*, *ftártico*, *ftíriase*, *ftórico*, *oftalmologia*, etc., elimina-se em *apoptegma*, *dilongo*, *tísico*, *tisiologia*, etc.;

11.º) *th* da sequência de origem grega *thm*, perdura sob a forma de *t*, embora nem sempre seja proferido, em *aritmética* e *aritmético*, mas elimina-se em *asma* e derivados.

BASE VIII

As consoantes finais, *b*, *c*, *d*, *g* e *t* mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos e topónimos da tradição bíblica: *Jacob*, *Job*, *Moab*; *Isaac*; *David*, *Gad*; *Ima-Gogog*; *Bensabat*, *Josafat*.

Integram-se também nesta norma: o antropónimo *Cid* em que o *d* é sempre pronunciado; os topónimos *Madrid* e *Valhadolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e o topónimo *Calcut* ou *Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

BASE IX

O emprego do *e* e do *i*, assim como do *o* e do *ui*, em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim se estabelecem variadíssimas grafias:

a) com *e* e *i*: *ameaça*, *amealhar*, *antecipar*, *arrepia*, *banear*, *boreal*, *campeão*, *cardial* (prelado, ave, planta; diferente de *cardial* — “relativo à cárdia”), *Ceará*, *códea*, *enseada*, *enteado*, *Floreal*, *janeanas*, *lêndea*, *Leonardo*, *Leonel*, *Leonor*, *Leopoldo*, *Leote*, *linear*, *meão*, *melhor*, *nomear*, *panha*, *quase* (em vez de *quási*), *real*, *semear*, *semelhante*, *várzea*; *ameixial*, *Ameixeira*, *amial*, *amieiro*, *arrieiro*, *artilharia*, *capitânia*, *cordial* (adjetivo e substantivo), *corriola*, *crânio*, *criar*, *diante*, *diminuir*, *Dinis*, *ferregial*, *Filinto*, *Filipe* (e idênticamente *Filipa*, *Filipinas*, etc.), *freixial*, *giesta*, *Idanha*,

igual, *imiscuir-se*, *inigualável*, *lampião*, *limiar*, *Lumiar*, *lumi*, *mieiro*, *pátio*, *pior*, *tigela*, *tijolo*, *Vimieiro*, *Vimioso*, *Virgílio* (em vez de *Vergílio*);

b) com *o* e *u*: *abolir*, *Alpendorada*, *assolar*, *borboleta*, *cobiça*, *consoada*, *consoar*, *costume*, *discolo*, *êmbolo*, *engolir*, *epístola*, *esbaforir-se*, *esboroar*, *farândola*, *femoral*, *Freixoira*, *girândola*, *goela*, *jocoso*, *mágoa*, *névoa*, *nódoa*, *óbolo*, *Páscoa*, *Pascoal Pascoela*, *polir*, *Rodolfo*, *távoa*, *tavoada*, *távola*, *tómbola*, *veio* (substantivo e forma do verbo *vir*); *água*, *aluvião*, *arcuense*, *assumir*, *bulir*, *camândulas*, *curtir*, *curtume*, *embutir*, *entupir*, *fémur*, *fístula*, *glândula*, *ingua*, *jucundo*, *légua*, *Luanda*, *lucubração*, *lugar*, *mangual*, *Manuel*, *mingua*, *Nicarágua*, *pontual*, *régua*, *tábua*, *tabuada*, *tabuleta*, *trégua* e *vitual*.

Sendo muito variadas as condições etimológicas e fonético-históricas em que fixam gráficamente *e* e *i* ou *o* e *u* em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se *e* ou *i*, *se o* ou *u*. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

1.º Escrevem-se com *e*, e não com *i* antes da sílaba tónica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em *eio* e *eia*, ou com êles estão em relação direta. Assim se regulam: *aldeão*, *aldeola*, *aldeota*, por *aldeia*; *areal areiro*, *areento*, *Areosa*, por *areia*; *aveal*, por *aveia*; *baleal*, por *baleia*; *boleiro* por *boleia*; *cadeado*, por *cadeia*; *candeeiro*; por *candea*; *centeira* e *centeeiro*, por *centeio*; *colmeal* e *colmeeiro*, por *colmeia*; *correada*, *corraeme*, por *correia*.

2.º Escrevem-se igualmente com *e*, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica, os derivados de palavras que terminam em *e* e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: *ea*, *ee*): *galeão*, *galeota*, *galeote*, de *galé*; *guineense*, de *Guiné*; *poleame* e *poleeiro*, de *polé*.

3.º Escrevem-se com *i*, e não com *e*, antes da sílaba tónica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula *iano* e *iense*, os quais

são o resultado da combinação dos sufixos *ano* e *ense* com um *i* de origem analógica (baseado em palavras onde *ano* e *ense* estão precedidos de *i* pertencente ao tema: *horaciano, italiano, duriense, flaviense*, etc.); *aqoriano, cabo-verdiano, camoniano, goisiano* ("relativo a Damião de Góis"), *sofocliano, torriano* ("de Torres Vedras"), *siñense* ("de Sines"), *torriense* ("de povoação chamada Torres").

4.º Uniformizam-se com as terminações *io* e *ia* (átonas), em vez de *eo* e *ea*, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal: *cúmio* (popular), de *cume*; *hástia*, de *haste*; *réstia*, do antigo *reste*; *véstia*, de *veste*.

5.º Os verbos em *ear* podem distinguir-se praticamente, grande número de vêzes, dos verbos em *iar*, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em *éio* ou *eia* (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: *aldear*, por *aldeia*; *alhear*, por *alheio*; *cear*, por *ceia*; *encadear*, por *cadeia*; *idear*, por *ideia*; *pear*, por *peia*, etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas em *éio*, *éias*, etc., desde que não se liguem a substantivos com as terminações átonas *ia* ou *io* (como *ansiar* ou *odiar*); *clarear*, *delinear*, *devanear*, *falsear*, *granjear*, *guerrear*, *hastear*, *nomear*, *semeiar*, etc.

6.º Não é lícito o emprego de *u* final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso *moto*, em vez de *motu* (por exemplo, na expressão de *moto próprio*); *tribo*, em vez de *tribu*.

7.º Os verbos em *oar* distinguem-se praticamente dos verbos em *uar* pela sua conjugação nas formas rizotónicas, que têm sempre *o* na sílaba acentuada: *abençoar*, com *o*, como *abenção*, *abenções*, etc.; *destoar*, com *o*, como *destoar*, *destoas*, etc.

BASE X

O verbo *perguntar* não admite na escrita corrente a mudança da sílaba *per* em *pre*: *perguntar*. E o mesmo se dá,

por conseguinte, com quaisquer palavras dele formadas: *pergunta, perguntador, perguntante, perguntão, reperguntar*, e não *pergunta, perguntador, perguntante, perguntão, reperguntar*. Contudo, as formas *perguntar, pergunta*, etc., assim como outras (*prèguntar, prègunta*, etc.), todas elas meras representantes de variações fonéticas, podem ser registadas em vocabulários e dicionários, para informação dialetológica ou histórico-linguística.

BASE XI

Consideram-se normais na escrita corrente as formas *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vez de *quere* e *requere*: *ele quer, ele o quer, ela requer, ela o requer, quer dizer*, e não *ele quere, ele o quere, ela requere, ela o requere, quere dizer*. São legítimas, entretanto, as formas com *e* final, quando se combinar com o pronome enclítico *o* ou qualquer das suas flexões: *quere-o, quere-os, requere-a, requere-as*.

A forma *quer* transmite a sua grafia à conjunção a que deu origem mantém-na, além disso, em todas as palavras compostas e locuções em que figura: *quer... quer; bem-me-quer, malmequer; onde quer que, quem quer que*.

BASE XII

Na representação das vogais nasais devem observar-se, além de outros suficientemente conhecidos, os seguintes preceitos:

1.º Quando uma vogal nasal tem outra vogal depois dela, a nasalidade é expressa pelo til: *ãatã, desealdado* (com til no 2.º e da palavra), *carcado* (com til no *e* inicial) *lua* (antigo, dialetal, com til no *u*), *ua* (antigo, dialetal, com til no *u*).

2.º Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre *a*; por *m*, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguido de *s*: *afã, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sã-braseiro* (forma dialetal; o mesmo que *são-*

brasense = "de S. Braz de Alportel"); *clarim, tom, vacum; flautins, semitons, zunzuns*.

3.º Os vocábulos terminados em *ã* transmitem esta representação do *a* nasal aos advérbios em *mente* que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos precedidos do infixo *z*: *cristãmente, irmãmente, sãmente, lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira*.

Em complemento dos preceitos de representação das vogais nasais, importa notar que nas combinações dos prefixos *in* (tanto o que exprime interioridade como o que exprime negação) e *en* (diferente do elemento *en*, resultante da proposição *em*: *enfim, enquanto*) com elementos começados por *m* ou *n*, não se admitem, quanto à escrita normal, as sequências *mm* e *nn*, as quais se reduzem, respectivamente, a *m* e a *n*: *immergir, inovação, inato* quer no sentido de "congénito", quer no de "não nascido", e não *immergir, inovação, innato; emagrecer, emoldurar, enegrecer, enobrecer*, e não *emma-greger, emmoldurar, ennegrecer, ennobrecer*.

BASE XIII

Os ditongos orais, que em parte tanto pode mser tónicos como átonos, distribuem-se por dois grupos principais, consoante a subjuntiva soa *i* ou *u*: *ai, ei, éi*, (apenas tónico), *ei* (apenas átono), *oi, ói* (apenas tónico), *ói* (apenas átono), *ui; au, eu, éu* (apenas tónico), *éu* (apenas átono), *iu, ou* (ditongo antigo e ainda dialectal, nivelado na pronúncia normal com o fechado): *braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis, farnéizinhos, goivo, goivar, lençóis, lençóizinhos, tafuis, uivar; cacau, cacauero, deu, endear, ilhéu, ilhéuzito, mediú, passou, renguar*. Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos *ae* (= *ái* ou *ai*) e *ao* (= *áu* ou *au*): o primeiro, representado nos antropónimos *Caetano* e *Caetana*, assim como nos respectivos derivados e compostos (*caetaninha, são-caetano*, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição *a* com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo *o*, ou sejam *ao* e *aos*.

Cumprir fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

1.º E' o ditongo *ui* e não a sequência vocálica *ue*, que se emprega nas formas de 2.ª e 3.ª pessoa do singular do presente do indicativo e igualmente na de 2.ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *uir*: *constituis, influi, retribui*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo *ui* de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui*, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2.ª e 3.ª pessoa do singular do presente do indicativo e de 2.ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *air* e em *oer*: *atrais, cai, sai; móis, remói, sói*.

2.º E' o ditongo *ui* que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um *u* a um *i* átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais *u* e *i* se separem: *fluídico, fluidez (u-i)*.

3.º Além dos ditongos orais pròpriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles os encontros vocálicos poéticos, tais os que se representam gráficamente por *ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo; áurea, áureo, colónia, espécie, exímio, mágoa, mingua, ténue, triduo*.

Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos como átonos, pertencem gráficamente a dois tipos fundamentais: ditongos constituídos por vogal com til e subjuntiva vocálica; ditongos constituídos por vogal e consoante nasal, tendo esta o valor de ressonância. Eis a indicação de uns e outros:

1.º Os ditongos constituídos por vogal com til e subjuntiva vocálica são quatro, considerando-se apenas a linguagem normal contemporânea: *ãe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *ãi* (usados em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplo: *cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cáibas, cáibeiro, cáibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão (não quam), sótão, sôlãozinho, tão (não tam); Camões, orações, oraçõeszinhas, põe, repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo *ui*; mas este, embora se

exemplifique numa forma popular como *ruí*, = *ruim*, representa-se sem o til nas formas *multo* e *mui*, por obediência à tradição.

2.º Os ditongos constituídos por vogal e consoante nasal equivalente a ressonância são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

a) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais, onde nunca é lícito substituí-lo por *ão*: *amam*, *deviam*, *escreveram*, *puseram*;

b) *em* (tónico ou átono e nivelado por vezes, tanto em Portugal como no Brasil, com *e* nasalado) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas, determinadas pela posição, pela acentuação ou simultaneamente pela posição e pela acentuação: *bem*, *Bembom* (topónimo), *Bemposta*, *cem*, *devem*, *nem*, *quem*, *sem*, *tem*, *virgem*; *Bencanta*, *Benfeito*, *Benfica*, *benquisto*, *bens*, *enfim*, *enquanto*, *homenzarrão*, *homenzinho*, *nuvenzinha*, *tens*, *virgens*; *amém* (variação de *âmen*), *armazém*, *convém*, *mantém*, *ninguém*, *porém*, *Santarém*, *também*; *convêm*, *mantêm*, *têm* (3.ªs pessoas do plural); *Armazéns*, *desdêns*, *convêns*, *retêns*; *Belenzada*, *vin-tênzino*.

BASE XIV

Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas *i* e *u* de vocábulos oxítonos ou paroxítonos, quando, precedidas de vogal que com elas não formam ditongo, são seguidas de *l*, *m*, *n*, *r* ou *z* finais de sílaba, ou então de *nh*: *adail*, *hiulco*, *paul*; *Caim*, *Coimbra*, *ruim*; *constituente*, *saindo*, *triufo*; *demirgo*, *influir*, *sairdes*; *aboiz*, *juiz*, *raiz*; *fuinha*, *moinho*, *rainha*.

BASE XV

Dispensa-se o acento agudo nas vogais tónicas *i* e *u* de palavras paroxítonas, quando elas são precedidas de diton-

go; nos ditongos tónicos *iu* e *ui*, quando precedidos de vogal; e na vogal tónica *u*, quando, numa palavra paroxítona, está precedida de *i* e seguida de *s* e outra consoante. Exemplos dos três casos: *baiuca*, *bocaiuva*, *cauila*, *tauismo*; *atruiu*, *pauis*; *semüsto*.

Quando as vogais tónicas *i* e *u* estão precedidas de ditongo, mas pertencem a palavras oxítonas e são finais ou seguidas de *s*, levam acento agudo: *Piauí*, *teíú*, *tuiúú*; *teíús*, *tuiúús*.

BASE XVI

O ditongo *ei* da terminação *eia*, mesmo que possa soar *éi*, nunca leva acento agudo, em virtude das divergências que neste caso existem não apenas entre a pronúncia portuguesa e a brasileira, mas também entre as pronúncias de regiões portuguesas. Escreve-se, portanto: *assembleia*, *ateia* (feminino de *ateu*), *boleia*, *Crimeia*, *Eneias*, *Galileia*, *geleia*, *hebreia*, *ideia*, *nemeia*, *patuleia*, *plateia*, do mesmo modo que *aldeia*, *baleia*, *cadeia*, *cheia*, *lampreia*, *sereia*, etc.

Por idêntica falta de pronúncia uniforme, dispensa-se também o acento agudo no ditongo *ei* da terminação *eico* e no ditongo *oi* de algumas palavras paroxítonas: *corceio*, *epopeico*, *onomatopeico*; *comboio* (todavia *combóio*, como flexão de *comboiar*), *dezoito*.

BASE XVII

Assinala-se com o acento agudo, nos verbos regulares da primeira conjugação, a terminação da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo: *amámos*, *louvámos*, etc., e não *amamos*, *louvamos*, etc.

Serve aqui o acento agudo, não para indicar o timbre da vogal tónica, visto a pronúncia desta carecer de uniformidade (nem sempre aberta em Portugal, nem sempre fechada no Brasil), mas apenas para distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*, etc.), em

benefício da clareza do discurso, as formas pretéritas com aquela terminação.

BASE XVIII

Emprega-se o assento agudo nas palavras que, tendo vogal tónica aberta, sejam homógrafas de palavras sem acentuação própria. Assim se diferenciam: *pára*, flexão de *parar*, e *para*, preposição; *péla*, substantivo e flexão de *pelar*, e *pela*, combinação de *per* e *la*; *pélas*, prural de *péla* e flexão de *pelar*, e *pelas*, combinação de *per* e *las*; *pélo*, também flexão de *pelar*, e *pelo*, combinação de *per* e *lo*; *pólo*, substantivo, e *polo*, combinação de *por* e *lo*; *pólos*, plural de *pólo*, e *polos*, combinação de *por* e *los*; etc.

BASE XIX

As vogais tónicas *a*, *e* e *o* de vocábuos proparoxítonos levam acento circunflexo, quando são seguida de sílaba iniciada por consoante nasal e soam invariavelmente fechadas nas pronúncias normais de Portugal e do Brasil: *câmara*, *pânico*, *pirâmide*; *fêmea*, *sênea*, *sêmola*; *cômor*. Mas levam, diversamente, acento agudo, que nesse caso serve apenas para indicar a tonicidade, sempre que, encontrando-se na mesma posição, não soam, todavia, com timbre invariável: *Dánae*, *endêmico*, *gênero*, *proêmio*; *fenômeno*, *macedônio*, *trinômio*.

Regulam-se por um ou outro destes dois empregos os vocábulos paroxítonos que, precisando de acentuação gráfica, se encontrem em condições idênticas. Assim: *ânus*, *certâmen*, *tentâmen*; mas *Amor*, *bônus*, *Vênus*.

BASE XX

As formas monossilábicas da terceira pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos *ter* e *vir*, *têm* e *vêm*, marcadas com o acento circunflexo para se distinguirem das correspondentes da terceira pessoa do singular, *tem* e *vem*, são de emprêgo exclusivo na escrita corrente, preterindo assim

as formas dissilábicas *têem* e *vêem*, que se consideram como dialectais.

De modo análogo, também só devem escrever-se correntemente as formas compostas *contêm*, *convêm*, *mantêm*, *provêm*, etc., diferenciadas pelo acento circunflexo das terceiras pessoas do singular *contem*, *convem*, *mantem*, *provem*, etc., e por isso se prescinde das formas compostas de *têem* e *vêem*.

BASE XXI

Ao passo que se emprega o acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas em que um *e* tónico fechado faz hiato com outro *e*, pertencente à terminação *em*, prescinde-se desse acento nas formas verbais e nominais paroxítonas em que um *o* tónico fechado faz hiato com outro *o*, final ou seguido de *s*. Exemplos: *crêem*, *dêem*, *lêem*, *vêem* (dos verbos *crer*, *dar*, *ler*, *ver*), e do mesmo modo *descrêem*, *desdêem*, *relêem*, *revêem* (dos verbos *descreer*, *desdar*, *reler*, *rever*); mas, sem acento circunflexo, *abenço*, *condoo-me*, *enjo*, *mo*, *remoo*, *voos*.

Com as formas do segundo tipo nivelam-se na escrita, tal como na pronúncia, várias formas onomásticas de origem greco-latina: *Aqueloo*, *Eoo*, etc.

BASE XXII

O emprego do acento circunflexo, para distinguir formas paroxítonas ou oxítonas das suas homógrafas heterofónicas, faz-se apenas em dois casos: 1.º) quando uma palavra com vogal tónica fechada é homógrafa de uma palavra sem acentuação própria; 2.º) quando uma flexão de determinada palavra, também com vogal tónica fechada, é homógrafa de outra flexão da mesma palavra em que a vogal tónica soa aberta. Assim se diferenciam, no primeiro caso (em que não se inclui a forma verbal *como*, escrita tal qual a partícula *como*, por esta poder ter acentuação própria); *côa*, flexão de *coar*, e *coa*, combinação de *com* e *a* (do mes-

mo modo *Côa*, tapónimo); *côas*, também flexão de *coar*, e *coas*, combinação de *com* e *as*; *pêlo*, substantivo, e *pele*, combinação de *per* e *lo*; *pêlos*, plural de *pêlo*, e *pelos*, combinação de *per* e *los*; *pêra*, substantivo, e *pera*, preposição arcaica (mas o plural, *peras*, sem acento); *pêro*, substantivo, e *pero*, conjunção arcaica (mas o plural, *peros*, também sem acento); *Pêro*, antropónimo (com acentuação própria, embora de origem proclítica), e a mesma conjunção *pero*; *pôlo*, substantivo, e *pelo*, combinação de *por* e *lo*; *pôlos*, plural de *pôlo*, e *polos*, combinação de *por* e *los*; *pôr*, verbo, e *por*, preposição; etc.

E assim também se diferenciam no segundo caso: *pôde*, forma do pretérito perfeito do indicativo do verbo *poder*, e *pode*, forma do presente do indicativo do mesmo verbo; *dêmos*, forma do presente do conjuntivo do verbo *dar*, e *demos*, forma do pretérito perfeito do indicativo do mesmo verbo (embora nesta última flexão nem sempre seja aberta a vogal tónica).

Feita esta limitação, prescinde-se do acento circunflexo em grande número de palavras com vogal tónica fechada que são homógrafas de outras com vogal tónica aberta. Quer dizer: conquanto se distingam na pronúncia, não se distinguem na escrita formas como: *acerto* (*ê*), substantivo, e *acerto* (*é*), flexão de *acertar*; *açores* (*ó*), plural de *açor* (do mesmo modo e topónimo *Açores*), e *açores* (*ó*), flexão de *açorar*; aquele (*ê*), pronome, e *aquele* (*é*), flexão de *aquele*; *aqueles* (*ê*), plural de *aquele*, e *aqueles* (*é*), também flexão de *aquele*; *cerca* (*ê*), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (*é*), flexão de *cercar*; *colher* (*ê*), verbo, e *colher* (*é*), substantivo, *cor* (*ó*), substantivo, e *cor* (*ó*), elemento da locução adverbial *de cor*, *doutores* (*ó*), plural de *doutor*, e *doutores* (*ó*), flexão de *doutorar*; *ele* (*ê*), pronome, e *ele* (*é*), nome da letra *l*; *eles* (*ê*), plural de *ele*, (*ê*), e *eles* (*é*), plural de *ele* (*é*); *esse* (*ê*), pronome, e *esse* (*é*), nome da letra *s*; *esses* (*ê*), plural de *esse* (*é*), e *esses* (*é*), plural de *esse* (*é*); *este* (*ê*), pronome, e *este* (*é*), substantivo; *esteve* (*ê*), flexão de *estar*, e *esteve* (*é*), flexão de *estevar*; *fez* (*ê*), substantivo e fle-

xão de *fazer* e *fez* (*é*), substantivo; *fora* (*ó*), flexão de *ser* e *ir*, e *fora* (*ó*), advérbio, interjeição e substantivo; *fosse* (*ó*), também flexão de *ser* e *ir*, e *fosse* (*ó*), flexão de *fossar*; *ingleses* (*ê*), plural de *inglês*, e *ingleses* (*é*), flexão de *inglês*; *meta* (*ê*), flexão de *meter*, e *meta* (*é*), substantivo; *nele* (*ê*), combinação de *em* e *ele*, e *nele* (*é*), substantivo; *oca* (*ó*), feminino de *oco*, e *oca* (*ó*), substantivo; *piloto* (*ó*), substantivo de *piloto* (*ó*), flexão de *pilotar*; *portuguesa* (*ê*), feminino de *português*, e *portuguesa* (*é*), flexão de *português*; *rogo* (*ó*), substantivo, e *rogo* (*ó*), flexão de *rogar*; *seres* (*ê*), flexão de *ser* (*é*), e *Seres* (*é*), nome de povo; *transtorno* (*ó*), substantivo, e *transtorno* (*ó*), flexão de *transtornar*; *vezes* (*ê*), plural de *vez* e *vezes* (*é*), flexão de *vezar*; etc.

BASE XXIII

Escrevem-se com acento grave, na parte anterior ao sufixo, os advérbios em *mente* que provêm de formas marcadas com acento agudo: *benêficamente*, *contiguamente*, *diariamente*, *agradavelmente*, *distraidamente*, *genuinamente*, *heróicamente*, *miudamente*; *mãmente* *sômente*.

Do mesmo modo, escrevem-se com acento grave, na parte anterior à terminação, os derivados em que entram sufixos precedidos do infixo *z* e cujas formas básicas são também marcadas com acento agudo: *chávenazinha*, *lábiozinho*, *nêdoazita*; *bôiazinha*, *faúlhezita*, *mártirzinho*, *ôrfãzinha*, *rêp-têzitos*; *anêzinhos*, *avôzinha*, *cafêzeiro*, *chapêuzinho*, *cháza-da*, *herôizinho*, *mázona*, *pêzito*, *pêzorro*, *pêzudo*, *santajêzal*, *sôzinho*, *vintênzito*.

BASE XXIV

Segundo o modelo das formas *a* e *ás*, resultantes da contracção da preposição *a* com as flexões femininas do artigo definido ou pronome demonstrativo, *o*, entrega-se o acento grave noutras contracções da mesma preposição com formas do mesmo artigo ou pronome, e bem assim em contracções

idênticas em que o primeiro elemento é uma palavra inflexiva acabada em *a*. Exemplos: *ô* e *ôs*, contrações da dita preposição (correspondentes às combinações normais *ao* e *aos*) com as formas *o* e *os*; *prô*, *prà*, *prôs* e *prás*, contrações de *pra*, redução da preposição *para*, com as quatro formas *o*, *a*, *os* e *as*.

Analogamente, faz-se uso do acento grave nas contrações da preposição *a* com as formas pronominais demonstrativas *aquele*, *aquela*, *aqueles*, *aquelas*, *aquilo* e com as compostas *aqueloutro*, *aqueloutra*, *aqueloutros* e *aqueloutras*; *áquele*, *áquela*, *áqueles*, *áquelas*, *áquilo*, *áqueloutro*, *áqueloutra*, *áqueloutros*, *áqueloutras*. Mas, se tais formas, em vez de se contraírem com essa preposição, se contraem com uma palavra inflexiva acabada em *a*, por exemplo *pra*, já o acento grave não tem cabimento, porque as duas partes se escrevem distintas, apesar de foneticamente unidas: *pra aquele*, *pra aquela*, *pra aquilo*, etc. (*a=a* aberto), tal como *para aquele*, *para aquela*, *para aquilo*, etc.

BASE XXV

O topónimo *Guiana* e os seus derivados, como *guanense* e *guanês*, posto que o *u* seja foneticamente distinto do *g* anterior, formando ditongo com o *i* seguinte, dispensam, por simplificação ortográfica, o acento grave com que poderia assinalar-se tal distinção.

Segue o modelo de *Guiana*, dispensando igual emprego do acento grave, a forma *Guêna*, aportuguesamento do topónimo francês *Gueyenne*.

BASE XXVI

Independentemente das contrações como *á*, *áquele*, *áque-la*, *áquilo*, *áqueloutro*, etc., que o acento grave diferencia de *a*, *aquele*, *aquela*, *aquilo*, *aqueloutro*, etc. (Veja-se a base XXIV), apenas num caso se emprega este acento para distinguir uma palavra da sua homógrafa heterofónica: quando uma forma com vogal aberta em sílaba átona está em homografia com

outra que lhe é etimologicamente paralela e em que a mesma vogal é surda, pelo menos na pronúncia portuguesa. Assim se diferenciam: *ágora*, interjeição usada no Norte de Portugal, e *agora*, advérbio, conjunção e interjeição; *ô*, *à*, *ôs*, *às*, formas arcaicas de artigo definido ou pronome demonstrativo, e *o*, *a*, *os*, *as*; *prêguntar*, plebeísmo equivalente à forma normal *perguntar* (veja-se a base X), e *preguntar*; etc.

Em virtude dessa limitação, dispensam o acento grave muitas palavras com vogal átona aberta que são homógrafas de outras em que a vogal correspondente, pelo menos em Portugal, é normalmente surda. Nivelam-se, portanto, na escrita, sem embargo da sua diferenciação na pronúncia, formas como as seguintes: *acerca* (*á...é*), advérbio e elemento da locução prepositiva *acerca de*, e *acerca*, flexão de *acercar*; *aparte* (*á*), substantivo, e *aparte*, flexão de *apartar*; *asinha* (*á*), diminutivo de *asa*, e *asinha*, advérbio; *ave* (*è*), interjeição (consequentemente, *ave-maria*, e não *avè-maria*), e *ave*, substantivo; *molhada* (*ô*), substantivo, e *molhada*, flexão de *molhar*; *pregar* (*è*), verbo, e *pregar*, também verbo; *salve* (*è*), interjeição, e *salve*, flexão de *salvar*; etc.

BASE XXVII

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saüdade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i* ou *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica ou átona, o *u* de *gu* ou *qu* de um *e* ou *i* seguintes: *arruinar*, *constituiria*, *depoimento*, *esmiuçar*, *faiscar*, *fauhar*, *oleicultura*, *paraibano*, *reunião*, *abaiucado*, *auíqui*, *caiumá*, *cauixi*, *piaiense*; *aguentar*, *anguiforme*, *arguir*, *bilingue*, *lingueta*, *linguística*, *linguístico*:

apropínque (com a variação *apronpinque*), *cinquenta*, *delinquem* (com a variação *delinqüem*), *equestre*, *frequentar tranquilo*, *ubiquidade*.

BASE XXVIII

Emprega-se o hífen nos compostos que entram, foneticamente distintos (e, portanto, com acentos gráficos, se os têm à parte), dois ou mais substantivos, ligados ou não por preposição ou outro elemento, um substantivo e um adjetivo, um adjetivo e um substantivo, dois adjetivos ou um adjetivo e um substantivo com valor adjetivo, uma forma verbal e um substantivo, duas formas verbais, ou ainda outras combinações de palavras, e em que o conjunto dos elementos, mantida a noção da composição, forma um sentido único ou uma aderência de sentidos. Exemplos: *água-de-colônia*, *arco-da-velha*, *bispo-conde*, *brincos-de-princesa*, *cor-de-rosa* (adjetivo e substantivo invariável), *decreto-lei*, *erva-de-santa-maria*, *médico-cirurgião*, *rainha-cláudia*, *rosa-do-japão*, *tio-avô*; *alcaide-mor*, *amor-perfeito*, *cabra-cega*, *criado-mudo*, *cristão-novo*, *fogo-fátuo*, *guarda-nocturno*, *homem bom*, *lugar-comum*, *obra-prima*, *sangue-frio*; *alto-relevo*, *baixo-relevo*, *belas-letras*, *boa-nova* (insecto), *grande-oficial*, *grão-duque*, *má-criação*, *primeiro-ministro*, *primeiro-sargento*, *quota-parte*; *rico-homem*, *segunda-feira*, *segundo-sargento*; *amarelo-claro*, *azul-escuro*, *azul-ferrete*, *azul-topázio*, *castanho-escuro*, *verde-claro*, *verde-esmeralda*, *verde-baio*, *verde-negro*, *verde-rubro*; *conta-gotas*, *deita-gatos*, *finca-pé*, *guarda-chuva*, *pára-quadras*, *porta-bandeira*, *quebra-luz*, *torna-viagem*, *troca-tintas*; *puxa-puxa*, *ruge-ruge*; *assim-assim* (advérbio de modo), *bem-me-quer*, *bem-te-ê*, *chove-não-mo-lha*, *diz-que-diz-que*, *mais-que-perfeito*, *maria-já-é-dia*, *menos-mal* (= "sofrivelmente"), *menos-mau* (= "sofrível"). Se, porém, no conjunto dos elementos de um composto, está perdida a noção da composição, faz-se a aglutinação completa: *girassol*, *madrepérola*, *madressilva*, *pontapé*.

De acôrdo com as espécies de compostos que ficam indicadas, deveriam, em principio, exigir o uso do hífen tôdas as

espécies de compostos do vocabulário onomástico que estivessem em idênticas condições morfológicas e semânticas. Contudo, por simplificação ortográfica, esse uso limita-se apenas a alguns casos, tendo-se em consideração as práticas correntes. Exemplos:

a) nomes em que dois elementos se ligam por uma forma de artigo: *Albergaria-a-Velha*, *Montemoro-o-Novo*, *Trás-os-Montes*;

b) nomes em que entram os elementos *grão* e *grã*; *Grã-Bretanha*, *Grã-Pará*;

c) os nomes em que se combinam simetricamente formas onomásticas (tal como em *bispo-conde*, *médico-cirurgião*, etc.): *Austria-Hungria*, *Croácia-Eslavônia*;

d) nomes que principiam por um elemento verbal: *Passa-Quatro*, *Quebra-Dentes*, *Traga-Mouros*, *Trinca-Fortes*;

e) nomes que assentam ou correspondem diretamente a compostos de vocabulário comum em que há hífen: *Capitão-Mor*, como *capitão-mor*; *Norte-americanos*, como *norte-americano*; *Peles-Vermelhas*, como *pele-vermelha*; *Sul-Africanos*, como *sul-africano*; *Todo-Poderoso*, como *todo-poderoso*.

Limitado assim o uso do hífen em compostos onomásticos formados por justaposição de vocábulos, são variadíssimos os compostos do mesmo tipo que prescindem desse sinal; e apenas se admite que um ou outro o tenha em parte, se o exigir a analogia com algum dos casos supracitados ou se entrar na sua formação um vocábulo escrito com hífen: *A dos Francos* (povoação de Portugal), *Belo Horizonte*, *Castelo Branco* (topónimo e antropónimo; com a variação *Castel Branco*), *Entre Ambos-os-Rios*, *Figueira da Foz*, *Foz Tua*, *Freixo de Espada à Cinta*, *Juiz de Fora*, *Lourenço Marques*, *Minas Gerais*, *Nova Zelândia*, *Ouro Preto*, *Ponte de Lima*, *Porto Alegre*, *Rio de Janeiro*, *Santa Rita do Passa-Quatro*, *São* (ou *S.*) *Mamede de Ribatua*, *Torre de Dona* (ou *D.*) *Chama*, *Vila Nova de Foz Côa*. Entretanto, os derivados diretos dos compostos onomásticos em referência, tanto dos que requerem como dos que dispensam o uso do hífen, exigem este sinal, à maneira do que sucede com os derivados diretos de compostos similares do vocabulário comum. Quer dizer: do mesmo modo que se

escreve, por exemplo, *bem-me-querzinho*, *grande-oficialato*, *grão-mestrado*, *guarda-moria*, *pára-quedista*, *santa-fêzal* em harmonia com *bem-me-quer*, *grande-oficial* *grão-mestre*, *guarda-mór*, *pára-queadas*, *santa-jé*, deve escrever-se: *belo-horizontino*, de *Belo Horizonte*; *castelo-vidense*, de *Castelo Vide*; *espírito-santense*, de *Espírito Santo*; *juiz-forano*, de *Juiz de Fora*; *ponte-limense*, de *Ponte de Lima*; *porto-alegrense*, de *Porto Alegre*; *são-tomense*, de *São* (ou *S.*) *Tomé*; *vila-valense*, de *Vila Real*.

Convém observar, a propósito, que as locuções onomásticas (as quais diferem dos compostos onomásticos como quaisquer locuções diferem de quaisquer compostos, isto é, por não constituírem unidades semânticas ou adências de sentidos, mas conjuntos vocabulares em que os respectivos componentes, apesar da associação que formam, têm os seus sentidos individualizados) dispensam, sejam de que espécie forem, o uso do hífen, sem prejuízo de este se manter em algum componente que já de si o possua: *America do Sul*, *Beira Litoral*, *Gália Cisalpina*, *Irlanda do Norte*; *Coração de Leão*, *Demónio do Meio-Dia*, *Príncipe Perfeito*, *Rainha Santa*; etc. Estão assim em condições iguais às de todas as locuções do vocabulário comum, as quais a não ser que algum dos seus componentes tenha hífen (*ao deus-dará*, *à queima-roupa*, etc.), inteiramente dispensam este sinal, como se pode ver em exemplos de várias espécies:

a) locuções substantivas: *alma de cântaro*, *cabeça de motim*, *cão de guarda*, *criado de quarto*, *moço de recados*, *sala de visitas*;

b) locuções adjetivas: *cor de açafão*, *cor de café com leite*, *cor de vinho* (casos diferentes de *cor-de-rosa*, que não é locução, mas verdadeiro composto, por se ter tornado unidade semântica);

c) locuções pronominais: *cada um*, *ele próprio*, *nós mesmos*, *nós outros*, *quem quer que seja*, *uns aos outros*;

d) locuções adverbiais: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*) *de mais* (locução a que se contrapõe de *menos*: *note-se demais*, advérbio, conjunção, etc.), *depois de amanhã*, *em cima*, *por certo*, *por isso*;

e) locuções prepositivas: *abaixo de*, *acerca de*, *acima de*, *a fim de*, *a par de*, *a parte de*, *apesar de*, *aquando de*, *debaixo de*, *enquanto a*, *por baixo de*, *por cima de*, *quanto a*;

f) locuções conjuncionais: *a fim de que*, *ao passo que*, *contanto que*, *logo que*, *por conseguinte*, *visto como*.

BASE XXIX

Emprega-se o hífen em palavras formadas com prefixos de origem grega ou latina, com outros elementos análogos de origem grega (primitivamente adjectivos), quando convém não os aglutinar aos elementos immediatos, por motivo de clareza ou expressividade gráfica, por ser preciso evitar má leitura, ou por tal ou tal prefixo ser acentuado graficamente. Assim o documentam os seguintes casos:

1.º compostos formados com os prefixos *contra*, *extra* (exceptuando-se *extraordinário*), *infra*, *intra*, *supra* e *ultra*, quando o segundo elemento tem vida à parte e começa por vogal, *h*, *r* ou *s*: *contra-almirante*, *contra-harmónico*, *contra-regra*, *contra-senha*; *extra-axilar*, *extra-humano*, *extra-regulamentar*, *extra-secular*; *infra-axilar*, *infra-hepático*, *infra-renal*, *infra-som*; *intra-hepático*, *infra-ocular*, *infra-raquidiano*; *supra-axilar*, *supra-hepático*, *supra-renal*, *supra-sensível*; *ultra-humano*, *ultra-ocênico*, *ultra-romântico*, *ultra-som*;

2.º compostos formados com os elementos de origem grega *auto*, *neo*, *proto* e *pseudo*, quando o segundo elemento tem vida à parte e começa por vogal, *h*, *r* ou *s*: *auto-educação*, *auto-retrato*, *auto-sugestão*; *neo-escolástico*, *neo-helénico*, *neo-republicano*, *neo-socialista*; *proto-árco*, *proto-histórico*, *proto-romântico*, *proto-sulfureto*; *pseudo-apóstolo*, *pseudo-revelação*, *pseudo-sábio*;

3.º compostos formados com os prefixos *anti*, *arqui* e *semi*, quando o segundo elemento tem vida à parte e começa por *h*, *i*, *r* ou *s*: *anti-higiênico*; *anti-ibérico*, *anti-religioso*, *anti-semita*; *arqui-hipérbole*, *arqui-irmandade*, *arqui-rabino*, *arqui-secular*; *semi-homem*, *semi-interno*, *semi-recta*, *semi-selvagem*;

4.º) compostos formados com os prefixos *ante*, *entre* e *sobre* quando o segundo elemento tem vida à parte e começa por *h*: *ante-histórico*; *entre-hostil*; *sobre-humano*;

5.º) compostos formados com os prefixos *hiper*, *inter* e *super*, quando o segundo elemento tem vida à parte e começa por *h* ou por um *r* que não se liga foneticamente ao *r* anterior: *hiper-humano*; *inter-helênico*; *inter-resistente*; *super-homem*; *super-requintado*;

6.º) compostos formados com os prefixos *ab*, *ad* e *ob*, quando o segundo elemento começa por um *r* que não se liga foneticamente ao *b* ou *d* anterior: *ab-rogar*; *ad-renal*; *ob-repúdio*;

7.º) compostos formados com o prefixo *sub*, ou com o seu paralelo *sob*, quando o segundo elemento começa por *b*, por *h* (salvo se não tem vida autónoma; *subastar*, em vez de *sub-hastar*) ou por um *r* que não se liga foneticamente ao *b* anterior: *sub-bibliotecário*, *sub-hepático*, *sub-rogar*; *sob-roda*, *sob-rojar*;

8.º) compostos formados com os prefixos *circum*, quando o segundo elemento começa por vogal, *h*, *m* ou *n*: *circum-ambiente*, *circum-hospitalar*, *circum-murado*, *circum-navegação*;

9.º) compostos formados com o prefixo *co*, quando este tem o sentido de "a par" e o segundo elemento tem vida autónoma: *co-autor*, *co-dialecto*, *co-herdeiro*, *co-proprietário*;

10.º) compostos formados com os prefixos *com* e *mal*, quando o segundo elemento começa por vogal ou *h*: *com-aluno*; *mal-aventurado*, *mal-humorado*;

11.º) compostos formados com o elemento de origem grega *pan*, quando o segundo elemento tem vida à parte, e começa por vogal ou *h*: *pan-americano*, *pan-americanismo*; *pan-helênico*, *pan-helenismo*;

12.º) compostos formados com o prefixo *bem*, quando o segundo elemento começa por vogal ou *h*, ou então quando começa por consoante, mas está em perfeita evidência de sentido: *bem-aventurado*, *bem-aventurança*, *bem-humorado*; *bem-criado*, *bem-fadado*, *bem-fazente*, *bem-fazer*, *bem-querente*, *bem-querer*, *bem-vindo*;

13.º) compostos formados com o prefixo *sem*, quando este mantém a pronúncia própria e o segundo elemento tem vida à parte: *sem-cerimónia*, *sem-número*, *sem-razão*;

14.º) compostos formados com o prefixo *ex*, quando este tem o sentido de cessamento ou estado anterior: *ex-diretor*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-rei*;

15.º) compostos formados com os prefixos *vice* e *vizo* (salvo se o segundo elemento não tem vida à parte: *vice-dómino*), ou com os prefixos *sofo* e *sofo* quando sinónimos destes: *vice-almirante*, *vice-cônsul*, *vice-primeiro-ministro*; *vizo-rei*, *vizo-reinado*, *vizo-reinar*; *soto-capitão*, *solo-mestre*, *solo-piloto*; *sota-capitão*, *sota-patrão*, *sota-piloto*;

16.º) compostos formados com os prefixos que têm acentos gráficos, como *além*, *aquém*, *pós* (paralelo de *pos*), *pré* (paralelo de *pre*), *pró* (com o sentido de "a favor de"), *recém*: *além-Atlântico*, *além-mar*; *aquém-Atlântico*, *aquém-fronteiras*; *pós-glaciário*, *pós-socrático*; *pré-histórico*, *pré-socrático*; *prá-britânico*, *pró-germânico*; *recém-casado*, *recém-nascido*.

BASE XXX

Emprega-se o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjectivas, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu*, *anajá-mirim*, *andá-açu*, *capim-açu*, *Ceará-Mirim*.

BASE XXXI

Emprega-se o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei-de*, *hás-de*, *há-de*, *heis-de*, *hão-de*.

BASE XXXII

E' o hífen que se emprega, e não o travessão, para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, for-

mando, não pròpriamente vocábulos compostos, mas encaideamentos vocabulares, a *divisa Liberdade-Iguardade-Fraternidade*; a *estrada Rio de Janeiro-Petrópolis*; o *desaio de xadrez Inglaterra-França*; o *percurso Lisboa-Coimbra-Porto*.

BASE XXXIII

É inadmissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (exceptuado o que se estabelece nas bases XXXV e XXXVI). Tais combinações são representadas:

1.º por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

a) *do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daquelo, daqueloutro, daqueloutros, daqueloutras; daqui, daí; deli; dacolá; donde; dantes* (= "antigamente");

b) *no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naquelo, naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras; noutrem; nalgm, nalguma, nalguns, nalgumas, nalguem, nalgo;*

2.º por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição na pronúncia portuguesa): *de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, dumá, duns, dumás; de algum, de algumas, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros.*

doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

De acordo com os exemplos deste último, tanto se admite o uso da locução adverbial *de ora avante* como do advérbio que representa a contracção dos seus três elementos *dora-vante*.

Relativamente às combinações da preposição *em* com formas articulares e pronominais, observe-se que legitimamente coexistem com elas, abonadas pela tradição da Língua, construções em que essa preposição se não combina com tais formas: *em o* = *no*, *em um* = *num*, *em algum* = *nalgum*, *em outro* = *noutro*, etc.

BASE XXXIV

Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os e as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinito, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender; apesar de não o ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; por causa de aqui estares.*

BASE XXXV

Faz-se uso do apóstrofo para cindir gráficamente uma contracção ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fracção respectiva pertence pròpriamente a um conjunto vocabular distinto: *d'Os Lusíadas*, *d'Os Sertões*; *n'Os Lusíadas*, *n'Os Sertões*; *pel'Os Lusíadas*, *pel'Os Sertões*. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: *de "Os Lusíadas"*, *em "Os Lusíadas"*, *por "Os Lusíadas"*, etc.

As cisões indicadas são análogas as dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo em combinações da preposição *a* com palavras pertencentes a uma

juntos vocabulares imediatos; a "A Relíquia", a "Os Lusíadas" (exemplos: *expressões importadas a "A Relíquia"; recorro "Os Lusíadas"*). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = á, a Os = aos, etc.

BASE XXXVI

Podem cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso da maiúscula (veja-se a base XLV): *d'Ele, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'O, n'O, pe' O, m' O, l' O, lh' O*, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; *d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pe'A, m'A, l'A, lh'A*, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à Mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: *confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pe'A que é nossa padroeira*.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição *a* com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: *a O, a Aquele, a A, a Aquela* (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a O = ao, a Aquele = aquele, etc.*). Exemplos frásicos: *a O que tudo pode; a Aquela que nos protege*.

BASE XXXVII

Sempre que, no interior de uma palavra composta, se dá invariavelmente, tanto em Portugal como no Brasil, a elisão do *e* da preposição *de*, emprega-se o apóstrofo: *cobra-d'água, copo-d'água* (planta, etc.), *galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco*. Dando-se, porém, o caso de essa elisão ser estranha à pronúncia brasileira e só se verificar na portuguesa, o apóstrofo é dispensado, escrevendo-se a preposição em forma íntegra: *alfinete-de-ama, maçã-de-adao, mão-de-obra, pé-de-alferes*.

Observe-se que no primeiro caso (elisão invariável) o emprego do apóstrofo dispensa o hífen entre a preposição e o elemento imediato.

BASE XXXVIII

Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *San'tAna, San'tIago*, etc. E' pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana, Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago*. Mas, se as ligações deste género como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, soldam-se os dois elementos: *Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana do Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém*.

Em paralelo com a grafia *San'tAna* e congêneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nun'Álvares, Pedr'Álvares, Pedr'Eanes*.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofos, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofos: *Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares*, etc.

BASE XXXIX

Os nomes de raças, povos ou populações, qualquer que seja a sua modalidade, os nomes pertencentes ao calendário, com excepção das designações dos dias da semana, escritas sempre com minúscula, e os nomes de festas públicas tradicionais, seja qual for o povo a que se refiram, escrevem-se todos com maiúsculas inicial, por constituírem verdadeiras formas onomásticas. Exemplos: *os Açorianos, os Americanos, os Brasileiros, os Cariocas, os Espanos, os Lisboetas, os Louletanos, os Marcianos, os Mato-Grossenses, os Minhotos, os Murtoseiros, os Negros, os Portugueses, os Tupinambás; Abril, Brumário, Elafébölon, Nissã ou Nissão, Ou-*

tono, Primavera, Ramadã ou Ramadão, Xebate; Carnaval (também nome do calendário), *Elafebólias, Lupercais, Saturnais, Tesmofórias*.

Relativamente a todos estes nomes, note-se que é importante distinguir deles as formas que podem corresponder-lhes como nomes comuns e que, como tais, exigem o emprego da minúscula inicial: *muitos americanos, quaisquer portugueses, todos os brasileiros; fevereiro* (nome de uma ave), *outonos* (cereais que se semeiam no Outono), *primavera* (nome de plantas).

Note-se ainda que os nomes de raças, povos ou populações mantêm a maiúscula inicial, quando empregados, por metonímia, no singular: *o Brasileiro = os Brasileiros, o Mineiro = os Mineiros, o Minhoto = os Minhotos, o Negro = os Negros, o Português = os Portugueses, o Tupinambá = os Tupinambás*.

BASE XL

Escrevem-se com maiúscula inicial os vocábulos que nomeiam pessoas de maneira vaga, fazendo as vezes de antropónimos, como *Fulano, Sicrano, Beltrano* e respectivos femininos: *Fulano de tal; Fulana de tal, Fulano disse uma coisa, Fulana outra; Fulano, Sicrano e Beltrano pensam do mesmo modo*. Quando, porém, um destes vocábulos é sinónimo de *individuo, sujeito, tipo*, etc., ou de formas femininas correspondentes, constituindo assim verdadeiro substantivo comum, já se não escreve com maiúscula, mas com minúscula: *esse fulano, aquela fulana; um fulano qualquer*.

BASE XLII

Os nomes dos pontos cardeais e dos pontos colaterais, que geralmente se escrevem com minúscula inicial, recebem, por excepção, a maiúscula, quando designam regiões: *o Norte do Brasil; os mares do Sul; os povos do Oriente; as terras do Levante; o Ocidente europeu; o Noroeste africano; a linguagem do Nordeste*.

BASE XLII

Escrevem-se com maiúscula inicial os substantivos que designam altos conceitos políticos, nacionais ou religiosos, quando se empregam sinteticamente, isto é, com dispensa de quaisquer qualificativos: *o Estado, o Império, a Nação; a Língua, a Pátria, a Raça; a Fé, a Igreja, a Religião*. Exemplos frásicos: *beneficiou o Estado; foi grande cultor da Língua; propagou a Fé*.

BASE XLIII

Escrevem-se com maiúscula inicial os nomes de ciências, ramos de ciências e artes, quando em especial designam disciplinas escolares ou quadros de estudos pedagogicamente organizados. Quer dizer: embora tais nomes se grafem geralmente com minúscula (*anatomia, arquitectura, direito canónico, economia política, escultura, filologia românica, física geral, fonética histórica, geografia, glotologia, linguística, medicina, música, pintura, química orgânica, teologia*, etc.) recebem a maiúscula em casos como estes: *doutorou-se em Direito; é aluno de Filologia Portuguesa, está matriculado em Clínica Médica; frequenta as aulas de Geografia Económica; obteve distinção na cadeira de Física; terminou o curso de Pintura*.

BASE XLIV

Escrevem-se com maiúsculas iniciais, nas citações, os títulos e subtítulos de livros, de publicações periódicas e de produções artísticas: *O Primo Basílio, Episódio Doméstico, Os Serões, Serões Gramaticais; A Noite* (nome de jornal), *Diário Oficial, Revista Lusitana; O Desterrado* (estátua de Soares dos Reis), *O Guarani* (ópera de Carlos Gomes), *Transfiguração* (quadro de Rafael). No entanto, escrevem-se com minúsculas iniciais (ou minúsculas exclusivas, sem iníteros), sem prejuízo de haver sempre maiúscula na primeira palavra, os seguintes componentes de títulos e subti-

tulos deste género: 1.º) formas do artigo definido ou do pronome demonstrativo afim; 2.º) palavras inflexivas (preposições, advérbios, etc.), simples ou combinadas com as mesmas formas; 3.º) locuções relativas a qualquer categoria de palavras inflexivas e combinadas ou não de modo idêntico. Exemplos dos três casos: *Contra o Militarismo, Sôror Mariana, a Freira Portuguesa; a Morgadinha dos Canaviaes — Crónica da Aldeia, Mil e Seiscentas Léguas pelo Atlântico, Oração aos Moços. Reflexões sobre a Língua Portuguesa, Voltareis, ó Cristo?; Algumas Palavras a respeito de Púcaros em Portugal. A propósito de Pasteur, Viagem à roda da Parvónia.*

BASE XLV

As formas pronominais referidas a entidades sagradas (Deus, Jesus, Maria, etc.) podem escrever-se com maiúscula inicial (ou maiúscula exclusiva, se unilíteras), quando há intuito de lhes dar especial relevo (veja-se a base XXXVI): *âdicam-Lhe culto fervoroso; É Ela a nossa protectora; invocamo-Lo muitas vezes; veneramos O que nos salvou.*

Por sua vez, devem conservar a maiúscula, quando transcritas, as formas pronominais que pessoas de alta hierarquia referem a si mesmas e a que dão, segundo usos consagrados, esse realce gráfico: *Eu, Nós, Nosso, etc.*

BASE XLVI

Os nomes de cargos, postos ou dignidades hierárquicas, sejam quais forem os respectivos gráus, assim como os vocábulos que designam títulos, qualquer que seja a importância destes, escrevem-se, em regra, com maiúscula inicial ressalvada, claro está, a possibilidade de emprêgo da maiúscula em complementos que os especifiquem: *o arcebispo de Braga, o conselheiro F., o duque de Cazias, o imprador, o marquês de Pombal, o patriarca das Índias, o presidente da República, o rei de Inglaterra, o reitor da Universidade.* Sem embargo, usa-se a maiúscula em quaisquer vocábulos

dêste género, se assim o exigem práticas oficiais (correspondência de funcionários com superiores hierárquicos, assinatura de documentos por certas altas personalidades, etc.), ou se elles se encontram abrangidos por preceitos ortográficos especiais, como nos casos seguintes: *Ao insigne Reitor da Universidade de...* início de uma dedicatória: *Reitor*, em vez de *reitor*, por deferência); *Dom ou D.*], *Abade* (*Abade*, com maiúscula, por atração gráfica da forma de tratamento (*Dom*); *Senhor* [ou *Sr.*], *Professor* (ou *Prof.*) com maiúscula, por atração gráfica de *Senhor*; Sua Excelência [ou *S. Ex.*] *o Presidente da República* (*Presidente*, com maiúscula, por atração gráfica de *Sua Excelência*).

Os títulos universitários *bacharel, doutor, licenciado e mestre, este ultimo aplicado aos antigos graduados em Artes, escrevem-se, em atenção ao uso, com maiúscula inicial, se se empregam abreviados e antepostos a nomes de pessoas (ao modo do que acontece com a abreviatura de *padre: P.º António Vieira*); *o B.º António de Azevedo, o Dr. Francisco de Castro, o L.º João Franco Barreto, M. André de Resende.* O mesmo se applica, como é óbvio, ás abreviaturas das flexões respectivas: *a Dr.ª...*, *a L.ª...*, *os Drs.ª...*, *os L.ªs...*, *as Dr.ªs...*, *as L.ªs...* Ressalva-se, no entanto, a possibilidade de todas estas formas, mesmo escritas por extenso, levarem a maiúscula, se porventura o exigirem preceitos particulares: *Caro Doutor* (numa carta), caso em que a maiúscula resulta de deferência; *Senhor* [ou *Sr.*] *Doutor, Senhor* [ou *Sr.*] *Licenciado*, casos em que a maiúscula resulta de atração gráfica da forma de tratamento *Senhor* (notem-se as grafias com abreviação integral: *Sr., Dr., Sr. L.º*); *Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos*, caso em que a maiúscula é determinada pela natureza da combinação vocabular (nome de uma instituição official).*

BASE XLVII

As formas que ligam membros de compostos onomásticos ou elementos de locuções onomásticas escrevem-se com minúscula inicial (ou minúscula exclusiva, se unilíteras),

desde que sejam: 1.º) formas do artigo definido; 2.º) palavras inflexivas simples ou combinadas com as mesmas formas; 3.º) locuções relativas a qualquer categoria de palavras inflexivas e combinadas ou não de modo idêntico. Exemplos dos três casos: *Entre-os-Rios* (povoação de Portugal), *Montemor-o-Novo*, *Trás-os-Montes*; *Almérica do Norte*, *Entre Douro e Minho*, *Freixo de Espada à Cinta*, *Santo André da Borda do Campo*, *Rio Grande do Sul*; *Rossio ao sul do Tejo*, *Viana de a par de Alvito* (ou *Viana a par de Alvito*).

Esta norma é extensiva a quaisquer combinações de palavras que se escrevam com maiúsculas iniciais (veja-se o que ficou expresso na base XLIV, a propósito de títulos e subtítulos de livros). Exemplos: *Festa da Raça*; *Instituto para a Alta Cultura*; *República dos Estados Unidos do Brasil*; *Rua do Ouvidor*.

BASE XLVIII

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletização (*a-ba-dê, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, tme-se*), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (*a-ba-li-e-nar, bi-sa-vô, de-sa-pa-re-cer, di-sú-ri-co, e-xá-ni-me, hi-pe-ra-cú-si-co, i-ná-bil, o-bo-val, subo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do*), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1.º São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com excepção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em *b* ou *d*; *ab-||ligação, cá-||ligar, sub-||lunar*, etc.), em vez de *a-||blegação, a-||dligar, su-||blunar*, etc.) - aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma gutural, uma dental ou uma labiodental e a segunda um *l* ou um *r*; *a-||blução, cele-||brar, du-||*

plicação, re-||primir; a-||clamar, de-||creto, de-||glutinação, re-||grado; a-||tlético, cáte-||dra, prime-||tro; a-||fluir, a-||fricano, ne-||vrose.

2.º São divisíveis no interior de palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos (ainda que uma delas se não pronuncie) e igualmente as sucessões de uma ressonância nasal e uma consoante; *ab-||dicar, adop-||tar, amig-||dalite, Ed-||gardo, fac-||to, op-||tar, sec-||tor, sub-||por, ab-||soluto, ac-||ção, ad-||jectivo, adop-||ção, af-||ta, bet-||samita, ip-||silon, ob-||viar; des-||cer, dis-||ciplina, flores-||cer, nas-||cer, res-||cisão; ac-||ne, ad-||mirável, Daf-||ne, diafrag-||ma, drac-||ma, ét-||nico, rit-||mo, sub-||meter, am-||nésico, interam-||nense; bir-||reme, cor-||roer, pror-||rogar; as-||segurar, bis-||secular, sos-||segar; bissex-||to, repex-||to, ex-||citar; atroz-||mente, capaz-||mente, infeliz-||mente; am-||bição, desen-||ganar, en-||xame, man-||chu, Mán-||lio; etc.*

3.º As sucessões de mais de duas consoantes ou de uma ressonância nasal e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois modos: se nelas entra um dos os grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1.º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas às sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão da-se sempre antes da última consoante, quer sejam todas pronunciadas, quer haja alguma que não soe. Exemplos dos dois casos: *cam-||braia, ec-||lipse, em-||blema, ex-||plicar, in-||cluir, ins-||crição sub-||crever, trans-||gredir; abs-||tenção, antár-||ctico, arc-||tópode, disp-||néia, inters-||celar; lamb-||dacismo, sols-||ticial. Terp-||sícore, tungs-||ténio.*

4.º As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: *ai-||roso, cadei-||ra, insti-||tui, ora-||ção, sacris-||tães, traves-||sões*) podem, se a primeira delas não é u precedido de *g* ou *q*, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: *ala-||úde, áre-||as, ca-||apeba, co-||ordenar, do-||er, flu-||idez, perdo-||as, vo-||os.* O mesmo se aplica

aos casos de contiguidade de ditongos iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: *cai-||ais, cai-||eis, ensai-||os, flu-||iu.*

5.º As combinações *gu* e *qu*, em que o *u* se pronuncia, nunca se separam na vogal ou ditongo imediato do mesmo modo que os digramas *gu* e *qu* (*ne-||gue, ne-||guei, pe-||que, pe-||quei*), em que o *u* se não pronuncia: *á-||gua, ambi-||guo, averi-||guéis; longín-||quos, lo-||quaz, quais-||quer.*

6.º Quando se tem de partir uma palavra composta ou uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, e a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, pode, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: *ex-||alferes, mão-||de-obra, ou mão-||de-||obra, serená-||los-emos ou serená-los-||-emos, sub-||-ro-gar, vice-||almirante.*

BASE XLIX

O ponto de interrogação e o ponto de exclamação apenas se empregam nas suas formas normais (? e !), comuns à escrita de grande número de idiomas. Não se faz uso, portanto, das suas formas invertidas (), para assinalar o início de uma interrogação ou de uma exclamação sejam quais forem as dimensões destas.

BASE L

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume, adopte na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registo público.

BASE LI

Recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas em português, ou quando en-

treem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplos: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*; *Berne*, por *Berna*; *Canterbury*, por *Cantúria*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garçne*, por *Garona*; *Helsinki*, por *Helsínquia*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Louvain*, por *Lovaina*; *Mainz*, por *Mogúncia*; *Montpellier*, por *Mompilier*; *München*, por *Munique*; *Zürich*, por *Zuri-que*; etc.

Lisboa, 25 de setembro de 1945. — O Presidente da Conferência: *Julio Dantas*. — A Delegação Brasileira: *Pedro Calmom*, Presidente — *Ruy Ribeiro Couto*. — *Olegario Mariano*. — *José de Sá Nunes*, Relator — A Delegação Portuguesa: *Gustavo Cordeiro Ramos*, Presidente. — *José Maria de Queiroz Velloso*. — *Luiz da Cunha Gonçalves*. — *Francisco da Luz Rebello Gonçalves*, Relator.

PALAVRAS DE MESTRES

As tendências morais da criança estratificam-se, no aprendizado da história, ao toque das emoções suscitadas e avivadas por exemplos dos heróis, cujos feitos ela regista. A continuidade dessas emoções, que os exemplos suscitam e avivam, cria, no pequenino, admiração pela bondade, pela firmeza, pela energia, pela coragem, pela abnegação, que eles objetivam. Ato semelhante, que a imitação determina, praticados na esfera limitada e íntima da convivência na escola e na família, inicia o educando na conduta que terá no grande mundo, quando moço e quando homem. Mas, esses exemplos têm de impressionar mentes verdolengas, e, para isso, a face dramática dos acontecimentos deve desenrolar-se em cenário movimentado e quente, sem, contudo, fugir à realidade. As camadas de sentimentos, assim criados, que a palavra do mestre ilumina e justifica, sobrepõem-se umas às outras, na formação da nova individualidade. E tão intimamente se vão elas unindo na contemplação subjetiva do belo, do bom e do justo, que um bloco de resistência ao mal alicerça a alma, e esta se faz dinamismo de impulsão para o bem.

João TOLEDO